

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO SOCIAL
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO
CURSO DE JORNALISMO

FILIPE PIMENTEL

**INCÊNDIOS E QUEIMADAS NA AMAZÔNIA: POSICIONAMENTOS
EDITORIAIS ADOTADOS PELO JORNAL NACIONAL**

Porto Alegre

2022

FILIPPE PIMENTEL

**INCÊNDIOS E QUEIMADAS NA AMAZÔNIA: POSICIONAMENTOS
EDITORIAIS ADOTADOS PELO JORNAL NACIONAL**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao Departamento de Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Jornalismo

Orientadora: Prof^a Dr^a Ilza Maria Tourinho Girardi

Co-orientador: Prof. Dr. Felipe Moura de Oliveira

PORTO ALEGRE

2022

FILIPPE PIMENTEL

INCÊNDIOS E QUEIMADAS NA AMAZÔNIA: POSICIONAMENTOS
EDITORIAIS ADOTADOS PELO JORNAL NACIONAL

Trabalho de conclusão de curso de graduação
apresentado ao Departamento de Comunicação
da Universidade Federal do Rio Grande do Sul,
como requisito parcial para a obtenção do título
de Bacharel em Jornalismo

Aprovado em 03 de maio de 2022.

Profª Drª Ilza Maria Girardi - UFRGS

Orientadora

Prof Dr. Felipe Moura de Oliveira - UFRGS

Co-orientador

Banca examinadora

Profª Drª Eloisa Beling Loose - UFRGS

Prof Dr. Sean Aquere Hagen - UFRGS

AGRADECIMENTOS

A materialização desta monografia se deve ao apoio da minha mãe, Rosângela Pimentel, dos meus irmãos, Michele Pimentel Kroeff e Rodrigo Pimentel, dos meus cunhados Nichelle Oliveira e Maurício Kroeff, e dos meus sobrinhos Noah Oliveira Pimentel e Júlia Pimentel Kroeff. Também agradeço aos meus amigos por entenderem minha ausência em vários momentos devido ao estudo e pesquisa necessários para a montagem deste trabalho e ao cumprimento de tarefas acadêmicas.

Também sou grato ao Fernando Favaretto, editor-chefe da UFRGS TV, e aos meus ex-colegas de TV universitária por terem sempre acreditado no meu potencial e me incentivado a me desafiar. Foi neste ambiente que dei meus primeiros passos como profissional e que descobri meu amor pelo telejornalismo, fator que foi determinante para a escolha do Jornal Nacional como veículo de comunicação para análise nesta monografia.

O desenvolvimento e conclusão deste extenso trabalho se deve a minha orientadora, professora Dr^a. Ilza Maria Tourinho Girardi, e ao meu co-orientador, professor Dr. Felipe Moura de Oliveira. Os dois estiveram me apoiando nas mais diferentes etapas deste processo e me trouxeram valiosas contribuições que permitiram que eu ampliasse meu olhar sobre o problema de pesquisa e sobre minhas aptidões. Graças a eles, adquiri um gosto ainda maior pela pesquisa acadêmica. Aproveito a oportunidade para agradecer aos professores doutores Eloisa Beling Loose e Sean Aquere Hagen por terem aceitado o convite para compor a banca examinadora e pelos apontamentos generosos que engrandeceram a versão final da pesquisa.

Não poderia deixar de mencionar meus colegas de curso que conviveram comigo e que me ensinaram muito sobre questões acadêmicas e pessoais. Alguns, tive contato maior, outros, menor. No entanto, guardarei com carinho a lembrança de todos. Lembrarei com afeto dos primeiros dias como fabricano, dos debates na sala de aula, das apresentações de trabalho, das conversas nos intervalos, das risadas e do compartilhamento das angústias e do estresse antes das provas.

Dedico esta monografia à memória dos professores doutores Alexandre Rocha da Silva e Flávio Porcello, que partiram precocemente no ano passado. Graças ao Alexandre aprendi conteúdos complexos relacionados à teoria da comunicação e pude relacioná-los com problemas da realidade. Já com o Flávio consegui aprender valiosos ensinamentos sobre televisão e telejornalismo. Me sinto honrado pela oportunidade que tive de conhecê-los e de ter tido aulas que modificaram minha vida de uma forma tão linda e construtiva.

Também dedico o presente trabalho aos meus ex-professores da Escola Estadual de Educação Básica Gomes Carneiro que contribuíram com minha formação estudantil e me deram as bases necessárias para meu ingresso no curso de graduação em jornalismo.

Estudar em uma escola pública e, posteriormente, ingressar em uma universidade federal me engrandeceram enquanto cidadão e possibilitaram que eu valorizasse ainda mais as instituições públicas, que vivem tempos sombrios de ataques e desvalorização por parte de políticos e setores conservadores. Fica a esperança de dias melhores e a certeza de que o ensino e a pesquisa são o melhor caminho para o progresso individual e social.

Sou grato às pessoas que ajudaram na construção do meu caráter e que, infelizmente, não estão mais no plano físico. Obrigado pai, Paulo Ricardo Pimentel, e minhas duas avós, Marli Silveira Peixoto e Gladis Borowsky dos Santos. Não poderia deixar também de dedicar meus esforços à minha companheira canina, Mel, que faleceu no ano passado. Por meio dela, pude aprender e sentir uma das mais puras e verdadeiras formas de amor.

Espero, após a conclusão desta etapa, colaborar na construção de um jornalismo mais plural, humano e ético e contar histórias que possam trazer reflexões e provocar mudanças, por mínimas que sejam, nas pessoas e na sociedade como um todo. Também desejo que o menino sonhador, aventureiro e corajoso que habita dentro de mim continue vivo e guiando minha vida para que eu siga uma trajetória nova, como profissional.

(...) Toda saudade é uma espécie de velhice. Talvez, então, a melhor coisa seria contar a infância não como um filme em que a vida acontece no tempo, uma coisa depois da outra, na ordem certa, sendo essa conexão que lhe dá sentido, princípio, meio e fim, mas como um álbum de retratos, cada um completo em si mesmo, cada um contendo o sentido inteiro. Talvez seja esse o jeito de escrever sobre a alma em cuja memória se encontram as coisas eternas, que permanecem

(Guimarães Rosa, em Grande Sertão: veredas)

RESUMO

Esta pesquisa buscou compreender quais são os posicionamentos editoriais do Jornal Nacional a partir das matérias sobre a cobertura dos incêndios e queimadas na Amazônia, veiculadas de agosto de 2019 a setembro de 2020. Para responder ao problema de pesquisa, foram escolhidas pelo aplicativo Globoplay oito matérias, entre 17 encontradas sobre o tema no período de tempo pré-estabelecido. O primeiro critério de escolha foi selecionar quatro matérias entre agosto de 2019 a dezembro do mesmo ano e outras quatro de janeiro de 2020 a setembro do mesmo ano. O segundo, foi considerar somente as matérias que tivessem o tempo máximo de duração equivalente a 4 minutos e 30 segundos.

O material foi submetido à metodologia de análise de conteúdo categorial temática, de acordo com perspectiva adotada por Bardin (2009). Para fins de investigação, foram alocados os conceitos de valores-notícia, trazidos por Traquina (2005, 2008), e de enquadramento noticioso, sob o viés de Koenig (2004) e Porto (2004). O aporte teórico do jornalismo ambiental se deu a partir de autores como Belmonte (2004, 2017) e Bueno (2007). A reflexão sobre jornalismo de modo geral baseou-se em Genro Filho (2002), Lage (2002) e Melo (2012).

As categorias de análise escolhidas para fins de investigação foram baseadas nas correntes teóricas de sustentabilidade ecossocial e ecotecnocrática, de Caporal e Costabeber (2001). A partir delas, buscou-se identificar qual viés era predominante em cada uma das matérias que compõem o corpus empírico. Enquanto a primeira perspectiva propõe uma ruptura no modelo liberal e capitalista e faz um convite à valorização dos ecossistemas e de modos de vida mais sustentáveis, a segunda defende os sistemas político-econômicos vigentes e considera o meio ambiente como menos prioritário e importante do que a economia e outras instâncias.

Evidenciou-se o predomínio de uma postura ecotecnocrática no telejornal de maior audiência do país, presente em sete das oito notícias. Com essa perspectiva, observou-se que o tratamento das queimadas e incêndios na Amazônia dado pelo Jornal Nacional foi baseado em um viés majoritariamente econômico e que houve uma repetição de enquadramento, além do predomínio de fontes oficiais e especialistas e a carência de povos originários e comunidades afetadas pelo fenômeno ambiental.

Palavras-chave: Telejornalismo; Jornalismo Ambiental; Incêndio e queimadas na Amazônia, Valores-notícia; Análise de conteúdo.

ABSTRACT

This research sought to understand what are the editorial positions of *Jornal Nacional* from the articles on the coverage of fires and burnings in the Amazon, aired from August 2019 to September 2020. To answer the research problem, eight articles were chosen by the Globoplay application, among 17 found on the topic in the pre-established period of time. The first choice criterion was to select four subjects from August 2019 to December of the same year and another four from January 2020 to September of the same year. The second was to consider only the materials that had a maximum duration of 4 minutes and 30 seconds.

The material was submitted to the thematic categorical content analysis methodology, according to the perspective adopted by Bardin (2009). For research purposes, the concepts of news values, brought by Traquina (2005, 2008), and news framing, under the bias of Koenig (2004) and Porto (2004) were activated. The theoretical contribution of environmental journalism was triggered by authors such as Belmonte (2004, 2017) and Bueno (2007). The reflection on journalism in general was based on Genro Filho (2002), Lage (2002) and Melo (2012).

The analysis categories chosen for research purposes were based on the theoretical currents of ecosocial and ecotechnocratic sustainability, by Caporal and Costabeber (2001). From them, we sought to identify which bias was predominant in each of the subjects that make up the empirical corpus. While the first perspective proposes a rupture with the liberal and capitalist model and invites the valorization of ecosystems and more sustainable ways of life, the second defends the current political-economic systems and considers the environment as less priority and important than the environment. economy and other instances.

The predominance of an ecotechnocratic stance in the country's most watched newscast was evident, present in seven of the eight news items. With this perspective, it was observed that the treatment of fires in the Amazon given by *Jornal Nacional* was based on a mostly economic bias and that there was a repetition of framing, in addition to the predominance of official and specialist sources and the lack of native peoples and communities affected by the environmental phenomenon.

Keywords: Telejournalism, Environmental journalism; Fire and bushfires in the Amazon; News value; Content analysis

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 FUNÇÃO SOCIAL E IMPORTÂNCIA DA PRÁTICA JORNALÍSTICA	15
2.1 Jornalismo: um dos pilares da comunicação	15
2.1.1 Papel social do jornalismo.....	16
2.1.2 Jornalismo como campo social.....	17
2.2 Jornalismo ambiental e movimentos ambientalistas.....	18
2.2.1 Jornalismo e meio ambiente	21
2.2.2. O que é na prática jornalismo ambiental.....	22
2.2.3. Obstáculos no exercício do jornalismo ambiental.....	23
3 PROTOCOLOS DA COBERTURA JORNALÍSTICA.....	26
3.1 Historiografia do acontecimento.....	26
3.1.1 Acontecimento histórico	27
3.1.2 Acontecimento jornalístico	28
3.1.3 Tensões entre acontecimento e acontecimento jornalístico.....	30
3.2 Jornalismo como acontecimento.....	31
3.3 Enquadramento: bases teóricas.....	32
3.3.1 Enquadramento pelo viés midiático.....	34
3.3.2 Tipos de enquadramentos.....	36
3.4 A escolha do que noticiar.....	37
3.4.1 Conceitos chaves no processo de produção noticiosa.....	38
3.4.2 Valores-notícia: perspectiva adotada.....	41
4 METODOLOGIA: ANÁLISE DE CONTEÚDO.....	44
4.1 Pesquisa documental: procedimento.....	44
4.2 Metodologia empregada: análise de conteúdo.....	45
4.2.1 Análise de conteúdo categorial temática.....	47
4.2.2 Organização da análise de conteúdo.....	48
4.3 Critérios de noticiabilidade e enquadramentos no JN.....	49
4.3.1 Balanço dos critérios de noticiabilidade.....	51
4.3.2 Análise dos valores-notícia.....	52

4.4 Aplicação da análise de conteúdo.....	55
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	62

1 INTRODUÇÃO

O desmatamento na Amazônia é um problema antigo, mas a situação se agravou ainda mais durante a gestão do atual governo federal. De acordo com dados do sistema Deter, do Instituto de Pesquisas Espaciais (INPE, 2019), entre agosto de 2019 e julho de 2020, houve um aumento de 34,5% nos alertas de desmatamento em relação ao mesmo período do ano anterior. Ao todo, foram 9.205 quilômetros quadrados desmatados. Somente no mês de julho de 2020, a área perdida foi de 1.654 quilômetros quadrados.

O aumento das áreas desmatadas contribuiu diretamente com as mudanças climáticas e promoveu uma aceleração das queimadas e incêndios na floresta. 2019, por exemplo, foi o terceiro ano com maior número de focos de queimadas (89.178), ficando atrás somente dos períodos de 2017 (107.439) e 2015 (106.438). Além disso, em agosto de 2020 foi registrado o maior número de queimadas para um único mês (8.830), se comparado aos últimos 22 anos (INPE, 2019).

O jornalismo, entendido como um espaço social estruturado diferenciado que recebe influência e influencia outros campos sociais, como o econômico, social e político (BORDIEU, 1987), se apropria dos acontecimentos e traz para o debate público um recorte de determinados temas, como os problemas ambientais ocorridos na Amazônia. Como gênero discursivo, ele constrói narrativas e cumpre o acordo de comunicação com as audiências.

Os acontecimentos (no caso da presente monografia, as queimadas e incêndios na Amazônia) podem ser analisados sobre sua dupla natureza, como fato e sentido (SILVA; MAIA, 2011). Ao serem inseridos em uma narrativa jornalística, se transformam em notícia. Ela, por sua vez, é resultado de três processos: percepção, seleção e transformação (TRAQUINA, 2008).

Alguns problemas ambientais recentes que se tornaram pautas no Jornal Nacional e em outros produtos midiáticos foram os incêndios e queimadas ocorridos na Amazônia, tanto nos anos de 2019 quanto em 2020. A cobertura jornalística de temas ambientais não é recente, ela iniciou com o surgimento dos movimentos ambientalistas e com os avanços da ciência. Segundo Belmonte (2007), o jornalismo ambiental nasceu atrelado ao jornalismo científico. No entanto, apesar desse período de grande interesse por pautas ambientais — sobretudo, nas décadas de 1980 e 1990 —, essa área de abordagem se fragmentou e diminuiu sua frequência de incidência nos produtos midiáticos.

O Jornal Nacional foi o primeiro telejornal do país a ser transmitido em rede nacional e a sua primeira edição foi exibida no dia 1º de setembro de 1969, sob comando dos âncoras Cid Moreira e Hilton Gomes. O telejornal estreou como principal concorrente do Repórter Esso, exibido pela TV Tupi. E já no seu primeiro programa, pautou uma reviravolta na política brasileira: o Brasil ia ser entregue a uma junta militar devido a um

problema de saúde do então presidente Costa e Silva. Apesar da tentativa de censura, o assunto foi trazido, no telejornal, a partir de um anúncio de 46 segundos, exibido em filme, feito pelo então ministro Delfim Neto. Em 1972, o âncora Hilton foi substituído pelo jornalista Sérgio Chapelin — ficou à frente do programa, junto com Cid Moreira, até 1983 (MEMÓRIA GLOBO, 2004).

A Globo tinha um projeto que pretendia transformar a emissora na primeira rede de televisão do Brasil que gerasse uma programação uniforme para vários estados, o que levaria também a uma diminuição nos custos de produção dos programas. E, nesse contexto, o Jornal Nacional acabou sendo um dos primeiros produtos desse planejamento. O responsável por criar esse telejornal foi Armando Nogueira, diretor de jornalismo da emissora nessa época (MEMÓRIA GLOBO, 2004).

Atualmente, o JN é apresentado por William Bonner e Renata Vasconcellos e tem como diretor responsável o Ali Kamel. Mesmo após 52 anos de existência, ele continua sendo o telejornal de maior audiência do país (KANTAR IBOPE MEDIA, 2019). O que também justifica o grande número de telespectadores é que a televisão, no Brasil, é ainda o meio de comunicação mais consumido (KANTAR IBOPE MEDIA, 2018).

Frente a esse contexto, a presente monografia apresenta o seguinte problema de pesquisa: quais são os posicionamentos editoriais presentes nas matérias do Jornal Nacional sobre as queimadas e os incêndios na Amazônia, ocorridos de agosto de 2019 a outubro de 2020? Já o objetivo geral da investigação é compreender o enquadramento noticioso sobre as queimadas e incêndios na Amazônia, a partir do conteúdo das matérias do Jornal Nacional produzido sobre o tema.

Para tentar alcançar o objetivo geral foram elaborados os seguintes objetivos específicos: a) identificar os enquadramentos dados às queimadas e incêndios pelas matérias do Jornal Nacional; b) identificar os critérios de noticiabilidade presentes nas notícias selecionadas para o estudo; c) analisar o conteúdo das matérias tendo em vista a compreensão dos sentidos produzidos sobre queimadas e incêndios pelo Jornal Nacional.

A escolha desse tema para a monografia tem três principais razões pessoais. O motivo pelo qual escolhi analisar especificamente o Jornal Nacional é porque ele é um produto televisivo que consumo desde minha infância e adolescência, e, com isso, há uma relação afetiva com esse objeto comunicacional. Já a motivação por ter escolhido como área temática os discursos do jornalismo televisivo em relação às pautas ambientais se explica pelo meu interesse por ler, analisar e elaborar pautas na área do jornalismo ambiental e, mais especificamente, atreladas ao telejornalismo. E a razão pela qual escolhi analisar, de forma mais ampla, o desmatamento na Amazônia sob a ótica das queimadas e incêndios se explica por ser um tema recente que foi pautado por diversos

meios de comunicação e por ser um fenômeno ambiental que gerou impactos negativos a âmbito nacional e até mundial.

Com essa pesquisa, pude utilizar meus conhecimentos prévios nas áreas de telejornalismo e jornalismo ambiental, atrelados à análise de conteúdo, e aprendi novos conceitos, ideias e teorias. A partir dessa trajetória de pesquisa e construção de conhecimento, me tornei um pesquisador e profissional mais qualificado em áreas que já fazem parte do meu cotidiano e que pretendo me aprofundar cada vez mais.

Realizei uma pesquisa por monografias, dissertações, teses e artigos em anais sobre o tema utilizando sete palavras-chaves: Jornal Nacional; telejornalismo; Amazônia, incêndio; meio ambiente; discurso; enquadramento. Consultei o banco de teses e dissertações da Capes, a biblioteca digital brasileira de teses e dissertações, os repositórios digitais da UFRGS (Lume), PUCRS, Unisinos e UFSM e os anais do intercom (com as temáticas sobre telejornalismo e meio ambiente) e selecionei cinco principais documentos de cada uma das fontes de consultas que mais dialogavam com o tema da minha monografia. O período de tempo buscado foi de 2002 a 2020.

A partir da pesquisa bibliográfica e do relatório do estado da arte, não identifiquei nenhum documento que tivesse o mesmo foco temático da minha monografia, nesses bancos e repositórios. Com isso, também se justifica a elaboração de um trabalho de conclusão de curso que analisa e aprofunda os estudos sobre um assunto que foi considerado relevante no âmbito jornalístico, mas que não foi identificado no campo da pesquisa acadêmica.

Essa monografia, busca contribuir, a nível social, para uma maior compreensão sobre os discursos produzidos pelo Jornal Nacional, bem como os posicionamentos deste telejornal e sua linha editorial. E, no caso do foco temático desta pesquisa, permite também compreender como o telejornal abordou fenômenos de ampla repercussão e impactos (queimadas e incêndios na Amazônia).

Quanto ao método, a pesquisa é qualitativa, pois existe uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito (PRODANOV; DE FREITAS, 2008). A partir da análise de conteúdo das matérias do Jornal Nacional, há um vínculo indissociável entre o que é estudado do mundo objetivo (os produtos audiovisuais selecionados) e as subjetividades do autor que realiza a pesquisa. E, nesse sentido, a própria interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados aos conteúdos presentes nas matérias são elementos básicos em trabalhos com caráter qualitativo.

Outro fator que justifica esse tipo de classificação é que há uma preocupação muito maior com o processo (construção de significados dos discursos e desenvolvimento de conceitos aplicados ao fenômeno) do que com o produto. Além disso, a pesquisa qualitativa evita números e lida com interpretações das realidades sociais (BAUER;

GASKELL, 2003). E, no caso da presente monografia, há o afastamento da parte numérica e uma aproximação com os significados presentes nas matérias selecionadas, a partir da análise de conteúdo, o que também a enquadra nessa classificação.

Para identificar e selecionar quais matérias do Jornal Nacional, no período de agosto de 2019 a outubro de 2020, abordam as queimadas e incêndios na Amazônia, foi utilizado como procedimento metodológico a pesquisa documental das edições do telejornal, na plataforma Globoplay, nesse período de tempo determinado.

Para examinar quais os discursos verbais presentes nas matérias do Jornal Nacional selecionadas, a análise de conteúdo categorial temática foi a perspectiva teórico-metodológica empregada. De acordo com a perspectiva adotada por Bardin (2009), a metodologia pode ser dividida em três etapas: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados (engloba inferência e interpretação).

Visando entender quais foram os posicionamentos ideológicos do telejornal sobre esta temática e para compreender a sua linha editorial, a análise de conteúdo foi empregada juntamente com outros aspectos, como critérios de noticiabilidade e enquadramento noticioso.

O segundo capítulo da presente monografia discute o conceito de jornalismo ao longo da história, bem como a inserção dele como campo social e acadêmico. Além disso, aborda o papel social do jornalismo e a aparição do jornalismo ambiental a nível mundial, nacional e estadual e os obstáculos presentes no exercício dessa área.

O terceiro capítulo aborda os múltiplos significados e tipos de acontecimentos (acontecimento histórico, discursivo, jornalístico), com enfoque para o acontecimento presente na prática jornalística. O enquadramento também é um dos assuntos, sendo visto pelo viés geral e aplicado às lógicas midiáticas e jornalísticas. Por fim, são trazidos os principais critérios de noticiabilidade, segundo definição trazida por Traquina (2005, 2008).

O quarto capítulo da monografia explica a perspectiva teórico-metodológica da análise de conteúdo categorial temática e as etapas de organização desta metodologia. Também está presente a análise das matérias sob o viés dos valores-notícia, do enquadramento e da metodologia empregada como um todo.

2 FUNÇÃO SOCIAL E IMPORTÂNCIA DA PRÁTICA JORNALÍSTICA

Neste capítulo, faço uma breve retomada do conceito de jornalismo, uma das áreas que fazem parte do campo comunicacional, destacando aspectos relacionados à função social desta atividade profissional e sua inserção como campo social.

As histórias do surgimento do jornalismo ambiental e dos movimentos ambientalistas no mundo, no Brasil e no Rio Grande do Sul também são abordadas, além dos obstáculos presentes na prática desta área.

2.1 Jornalismo: um dos pilares da comunicação

Jornalismo e imprensa, apesar de serem conceitos que estabelecem relações e proximidades, são palavras que carregam diferentes sentidos. Para Genro Filho (2002), o jornalismo é uma modalidade de informação que é ancorada no singular e sistematizada através de meios próprios para atender a uma necessidade social difusa. Já a imprensa, para o mesmo autor, seria o corpo material do jornalismo, ou seja, o processo tecnológico — como os suportes rádio, televisão e jornal impresso — indispensável para a disseminação das informações.

O jornalismo, assim como a publicidade e as relações públicas, é uma das áreas que trabalha diretamente com a comunicação social. No caso do jornalismo, o conhecimento e a prática são formados a partir do que cada fato ou fenômeno extraído da realidade têm de singular.

Genro Filho (2002) defende a ideia de que o jornalismo é uma modalidade do conhecimento que não está nem no âmbito da ciência nem tampouco no âmbito do senso comum, lugar onde muitos insistem em situá-lo. É somente a partir da identificação do jornalismo como forma de conhecimento singular que o jornalista adquire o status de um profissional qualificado e capaz de interpretar uma realidade que precisa ser contextualizada, reproduzida e compreendida nas suas relações de causalidade e condicionamentos históricos.

Com base na dialética singular, particular e universal, proposta por Lukács, em 1968, Genro Filho (2002) aplicou essas categorias à prática jornalística e considerava que cada um desses conceitos ajudaria a compor a realidade, objeto indispensável ao jornalismo. Desse modo, o jornalismo é concebido como o campo da produção de um conhecimento construído a partir da singularidade, categoria oposta à universalidade, e pela não exclusão e relação entre essas duas dimensões.

A partir dessa perspectiva de dialética, o singular é visto como a matéria-prima do jornalista e o caminho pelo qual esse profissional deve iniciar o seu relato, ou seja, a forma pela qual se cristalizam as informações e para onde convergem as determinações

particulares e universais.

No universal estão contidos e dissolvidos os diversos fenômenos singulares e os grupos de fenômenos particulares que o constituem. No singular, através da identidade real, estão presentes o particular e o universal dos quais ele é parte integrante e ativamente relacionada. O particular é um ponto intermediário entre os extremos, sendo também uma realidade dinâmica e efetiva. (GENRO FILHO, 2002, p.162-163).

Em suma, em um fato jornalístico, assim como em qualquer outro fenômeno, é possível identificar as três dimensões da realidade (singular, particular e universal).

2.1.1 Papel social do jornalismo

Jornalismo e cidadania são outras palavras que apesar de terem significados bem distintos, mantêm proximidades e relações. Para Melo (2012), esses dois conceitos estão interligados historicamente, uma vez que a prática jornalística nasceu com o objetivo de informar e, assim, contribuir para o debate público, o que colabora diretamente com a cidadania.

Desde o seu surgimento até os dias de hoje, o jornalismo é visto como uma atividade profissional que preza pela cidadania, ética, compromisso com a verdade e pela apuração responsável das informações. No entanto, essa visão ideal da profissão nem sempre ocorre na prática. Para Traquina (2008), à primeira vista, o papel do jornalista deveria ser o de inviabilizar qualquer produção de notícias enquanto mercadoria, mas, na prática, as notícias tornam-se produtos do capitalismo. Com isso, muitas vezes a própria disponibilidade da cobertura jornalística acaba sendo orientada pela rentabilidade dos conteúdos produzidos, o que vai na contramão do dever da profissão de contribuir com o interesse público.

Tanto para Lage (2002) quanto para Melo (2012), o papel social do jornalismo foi se construindo ao longo da história em direção à ética e à democracia. Além disso, na era anterior ao digital, o jornalista era o responsável por tornar público (ou não) um fato e, como consequência dessa responsabilidade, surgiu o entrelaçamento entre a prática jornalística e a cidadania.

O jornalismo tem passado por mudanças, principalmente com o advento dos meios digitais. As alterações são percebidas tanto nas formas de produção e consumo quanto no tipo de tecnologia empregada. Esse cenário ficou ainda mais evidente nas duas últimas décadas, com o volume de notícias sendo produzidas em um intervalo de tempo cada vez menor. Apesar da rapidez das informações e de romper as barreiras do espaço físico, esse processo também colaborou para que as pessoas passassem a questionar o poder de apuração e transmissão de informação por parte dos comunicadores. “O desenvolvimento das tecnologias está alterando o jornalismo, suas práticas e consumo, por um público que tenta avaliar a credibilidade de informações que lhe são oferecidas

em quantidades cada vez maiores e por diversas fontes” (ANDERSON, BELL, SHIRKY, 2013).

Para Lopes e Proença (2003), o jornalista, independente da época e do contexto em que esteja inserido, não deve se esquecer de seu papel na construção da cidadania, uma vez que esse profissional é o responsável pela transmissão de informações e, estas por sua vez, estão diretamente relacionadas com a cidadania.

Segundo Cotta (2005) e Lage (2002), o comunicador funciona como um elo na cadeia de transmissão da informação. É esse profissional que deve analisar um determinado acontecimento de maneira crítica, coletar diversos pontos de vista (salvo em casos extremos, como crimes, em que não se deve trazer discursos que apoiem práticas ilegais) e transmitir às audiências o fato da forma mais verossímil possível.

Apesar do atual contexto de crise de credibilidade que o jornalismo enfrenta, o que ocasionou perda dos grandes monopólios de determinados veículos de comunicação, também surgiram novas formas de comunicar, principalmente no ambiente digital. Desse modo, cabe ao jornalismo enquanto instituição se reorganizar e se adaptar ao novo cenário.

Novas possibilidades para o jornalismo exigem novas formas de organização. Até aqui, a tendência de veículos de comunicação tradicionais foi a de preservar tanto métodos de trabalho como hierarquias, mesmo com o colapso de velhos modelos de negócios e a incompatibilidade de novas oportunidades com velhos padrões. (ANDERSON, BELL, SHIRKY, 2013, p. 32).

Neste contexto de perda de credibilidade dos veículos tradicionais, os indivíduos têm buscado as notícias por outros caminhos, como redes sociais e grupos virtuais, além de portais e sites de pequeno a médio porte. Com isso, há também perda do monopólio da informação que antes pertencia ao comunicador. Para Costa (2014), isso faz também com que fatos sejam apurados e transmitidos de maneira mais “amadora”, o que pode contribuir com um cenário de desinformação. Por essa razão, se faz ainda mais necessária a presença de um jornalista qualificado, que saiba informar utilizando recursos e linguagens que os novos tempos exigem.

2.1.2 Jornalismo como campo social

Para analisar a posição do jornalismo no espaço social global, alguns teóricos o consideram como um campo social, contribuição trazida pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu. Nesse sentido, o jornalismo, assim como os demais campos, é um espaço em que são percebidas conflituosas relações de natureza econômica e simbólica.

Segundo Bourdieu (1987), um campo social é um espaço de autonomia e independência com relação aos demais campos, apesar de poder se relacionar com os outros. No entanto, no caso do campo jornalístico, ele possui uma autonomia ambígua e

uma dependência dos campos político e econômico, o que o torna diferente.

A partir da perspectiva do autor francês, o campo jornalístico se encontra submetido à pressão do campo econômico, devido ao índice de audiência, ou seja, as notícias são bens altamente perecíveis e o que mais impera neste contexto é a concorrência desenfreada entre os meios de comunicação.

Uma das consequências da influência do campo econômico no jornalístico é a “censura invisível” que se cria em torno do jornalismo. Isso decorre da pressão das leis do mercado (censura econômica), que gera também a autocensura, ou seja, a censura dos próprios profissionais da área. Para Bordieu, o resultado disso é uma produção jornalística homogênea e sem diversidade, o que rompe com o ideal democrático da profissão.

Apesar do campo jornalístico ser o que mais sofre com a influência externa dos outros campos, ele também exerce pressão sobre os demais, impondo suas regras e limitações. Entre os campos sociais que mais são influenciados pelo jornalismo estão aqueles espaços que mais são afetados por lógicas comerciais, ou seja, os menos autônomos, que possuem menor capital específico.

Os jornalistas — seria preciso dizer o campo jornalístico — devem sua importância no mundo social ao fato de que detêm um monopólio real sobre os instrumentos de produção e difusão em grande escala da informação, e, através desses instrumentos, sobre o acesso dos simples cidadãos, mas também dos outros produtores culturais, cientistas, artistas, escritores, ao que se chama por vezes de “espaço público”, isto é, a grande difusão. (BORDIEU, 1987, p. 65).

Para Bordieu (1987), o campo jornalístico se diferencia dos demais por exercer uma forma raríssima de dominação, pois ele tem o poder sobre os meios técnicos de se exprimir publicamente, de existir publicamente, de ser conhecido e atingir a notoriedade pública, elementos de desejo de outros campos, como os que concentram políticos e intelectuais. Apesar disso, ele também se aproxima dos demais no sentido de que se baseia em um conjunto de crenças e pressupostos e estabelece lógicas particulares, que são seguidas por quem faz parte desse “microcosmo”.

2.2 Jornalismo ambiental e movimentos ambientalistas

Para Belmonte (2017), o jornalismo ambiental é uma especialização da atividade jornalística consolidada no Brasil no último quarto do século 20 e surgiu atrelado ao jornalismo científico. Fabíola (2002, apud BELMONTE, 2017) corrobora com essa perspectiva e acrescenta que os temas científicos ganharam grande destaque nos Estados Unidos e Europa na segunda metade do século 19 e isso acabou influenciando a cultura brasileira.

Os pesquisadores espanhóis Moral e Ramírez (1993, apud BELMONTE, 2017)

defendem a ideia de que essa popularização da ciência motivou a existência de jornalistas especializados nas áreas científica e tecnológica, sobretudo, no século 20. Esses profissionais tiveram que se dedicar a isso para suprimir as necessidades e anseios das audiências que exigiam cada vez mais conteúdos informativos elaborados e qualificados nessas áreas.

A popularização da figura do jornalista ambiental começou na Europa em 1960. Segundo Pellerin (1996, apud BELMONTE, 2017), um ano depois a televisão pública sueca já estava cobrindo pautas ambientais.

Em 1969, surgiu na França a primeira entidade de jornalismo ambiental que se tem registro, a Association des Journalistes-Écrivains pour la Nature et l'Écologie (Associação dos Jornalistas-Escritores para a Natureza e a Ecologia). Ela foi fundada pelo jornalista francês Pierre Pellerin e até hoje está em atividade. Esse modelo inspirou outros países, como os Estados Unidos, que em 1990 criou a Society of Environmental Journalists (Sociedade de Jornalistas Ambientais). Apesar da fundação tardia da instituição norte-americana, o país já cobria temas ambientais desde a década de 1940, tanto que o St. Louis Post-Dispatch, jornal do Missouri, na região oeste dos Estados Unidos, chegou a ganhar duas vezes o Prêmio Pulitzer (um dos mais importantes na área jornalística), na categoria “serviço público”, em 1941 e 1948, com reportagens sobre a poluição do ar e a contaminação ocasionada pela mineração do carvão, respectivamente (THE PULITZER PRIZES, 2017).

No Brasil, o surgimento do jornalismo ambiental está relacionado com a ecologia e com a eclosão de movimentos ambientalistas. Durante o século 20, a ecologia se consolidou como um dos temas recorrentes do debate público. Com isso, assuntos relacionados ao meio ambiente passaram a compor os jornais e noticiários.

Segundo Girardi; Moraes; Loose e Belmonte (2021), no século 19 já havia acontecido uma onda de grupos e movimentos preservacionistas no Brasil (embrião dos movimentos ambientalistas), no entanto, os meios de comunicação pouco noticiavam as reivindicações desses grupos e sobre os problemas em si. Para os autores, a mudança de consciência aconteceu depois da cobertura sobre a primeira viagem do homem à Lua. Isso teria permitido uma visão externa do globo terrestre e contribuído para a valorização dos espaços.

No Brasil, foi somente em 1960, com o surgimento dos primeiros movimentos ambientalistas, que começaram a surgir nos jornais e noticiários pautas ambientais. “Nessa década, também ocorreram os primeiros diálogos globais sobre o tema, como a Conferência da Biosfera, realizada em 1968, em Paris, na França (BELMONTE, 2017)”.

Entre os estados brasileiros, o Rio Grande do Sul foi o pioneiro em iniciativas e movimentos que visavam à conservação ambiental. No estado gaúcho, se destacou

Henrique Luís Roesler, um dos primeiros ativistas ambientais. Ele chegou a ser nomeado como delegado florestal pelo Ministério da Agricultura e atuou voluntariamente no monitoramento de atividades nocivas ao meio ambiente nos 14 municípios que compõem o Vale do Rio dos Sinos.

Roesler foi o responsável por fundar a primeira entidade ambientalista no Rio Grande do Sul, a União Protetora da Natureza, que tinha sede em São Leopoldo (BONES; HASSE, 2002). Outra grande contribuição no estado veio do professor, botânico e padre Balduino Rambo, que publicou em 1942 o livro *Fisionomia do Rio Grande do Sul*, obra pioneira que resultou de um mapeamento biológico e geográfico do território gaúcho e permitiu maior compreensão sobre o estado.

Em 1971, um grupo de pessoas que defendiam as causas ambientais fundou a Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural, a Agapan (BONES; HASSE, 2002). A ONG teve um papel importante ao pautar as imprensas regional e nacional com temáticas ambientais que estavam ocorrendo.

No período da ditadura militar, muitos ambientalistas foram perseguidos e presos. No entanto, alguns que eram considerados menos subversivos, como o engenheiro agrônomo José Lutzenberger, um dos fundadores da Agapan, e o livreiro Augusto Carneiro conseguiram pautar os veículos sobre a importância da preservação de paisagens no ambiente urbano, os malefícios dos agrotóxicos e sobre a poluição causada pela atividade industrial, sobretudo, da fábrica de celulose Borregaard (atualmente, Celulose Riograndense, em Guaíba).

Segundo Belmonte (2017), foi durante a ditadura que surgiu o primeiro repórter especializado em meio ambiente no Brasil, o Randau Marques. O profissional foi preso em 1968 por ter escrito uma matéria sobre intoxicação alimentar de trabalhadores da região de Franca, interior paulista. No texto, ele rejeitou o termo “defensivo agrícola” ao adotar a palavra “agrotóxico”, mesmo com as recomendações dos censores (quem revisava os conteúdos veiculados e censurava o que era considerado inapropriado moralmente ou que fosse contra os interesses do governo).

Em 1974 e 1975, ocorreram dois movimentos representativos de crescimento do movimento ambientalista no estado gaúcho que foram, inclusive, noticiados por grandes veículos, como a Zero Hora: o fechamento da Borregaard e o protesto do estudante Carlos Dayrell, que subiu em uma árvore que seria cortada para a construção de um viaduto na Avenida João Pessoa, em Porto Alegre, e impediu a derrubada.

O protesto de Dayrell foi amplamente noticiado nos jornais e foi assunto de diversos artigos favoráveis à preservação da vegetação local. “Um texto escrito por Mozart Pereira Soares descrevia os prejuízos causados às árvores pela poda. O ponto alto do movimento foi quando o estudante Carlos Dayrell trepou numa árvore para impedir

que ela fosse cortada. Desta vez a Agapan ganhou espaço na mídia nacional” (BONES; HASSE, 2002).

Desde então, o meio ambiente aparece frequentemente em coberturas jornalísticas da mídia hegemônica, mas Girardi; Moraes; Loose e Belmonte (2021) fazem uma crítica ao tratamento dado aos conteúdos e ressaltam pontos que precisam avançar para o cumprimento de uma cobertura jornalística ambiental adequada.

Apesar de o tema não parecer mais estranho atualmente, equipes de economia, política e esportes ainda costumam alavancar mais profissionais e despertar maior interesse nos editores. O meio ambiente começou a aparecer nos jornais, geralmente como pauta secundária nos meios de comunicação em geral. Isso pode ser percebido, por exemplo, quando há dúvidas sobre o espaço a ser ocupado por algum acontecimento ambiental. Por ser um assunto de faceta multidisciplinar, ele pode ser desdobrado nas mais variadas editorias e, conforme o enfoque, tornar-se uma notícia de política, de economia, de comportamento, ou de polícia. (GIRARDI, MORAES; LOOSE; BELMONTE; 2021, p.3).

Para os autores, o jornalismo ambiental ainda enfrenta limitações que devem ser vencidas pelos jornalistas. Além disso, cabe ao profissional fazer com que a atividade assumida siga os protocolos jornalísticos sérios de cobertura.

2.2.1 Jornalismo e meio ambiente

O jornalismo ambiental surgiu a partir da tentativa da prática jornalística em comunicar a sociedade a dimensão que impactos ambientais pontuais podem ocasionar aos ecossistemas em sua totalidade. Essa ideia está diretamente relacionada com o paradigma da complexidade de Morin e Kern (2003), pensamento que converge com os princípios do jornalismo ambiental.

O pensamento complexo de Morin defende a ideia de que os sujeitos são autônomos e dependentes e que para serem considerados enquanto sujeitos eles necessitam ter consciência de si e de sua relação com um meio ambiente objetivo, no qual ele se reconhece. Desse modo, sujeito e objeto (meio externo) são vistos como indissociáveis.

“Somos simultaneamente, produtos e produtores” (MORIN; KERN, 2003). Isso origina o princípio da auto-eco-organização, que consiste na relação de autonomia e dependência de um sistema em relação ao(s) seu(s) ecossistema(s) (MORIN; KERN, 2003).

O paradigma da complexidade propõe a compreensão das relações entre indivíduo e meio ambiente sem necessariamente promover uma divisão entre os elementos como objetos de estudo de diferentes disciplinas. A partir dessa perspectiva, a comunicação em geral e o jornalismo voltado às questões ambientais surgem como elementos capazes de orientar a sociedade sobre uma nova percepção sobre os vínculos humanos e entre os

seres humanos e o meio ambiente, além da constante necessidade de comprometimento com modos de vida mais sustentáveis.

O jornalismo ambiental nasceu com a perspectiva de promover novas práticas comunicacionais. Elas, por sua vez, estão atreladas a novas visões sobre o mundo e a vida. No entanto, para que essa área do jornalismo seja capaz de abordar os acontecimentos de forma responsável, ética e em profundidade, ela precisa contar com os paradigmas emergentes que auxiliam os sujeitos em sociedade a refletirem sobre as relações que são percebidas no cotidiano.

A prática jornalística como um todo pode promover a democratização do conhecimento. Desse modo, o jornalismo voltado ao meio ambiente funciona como um instrumento de divulgação de determinados saberes sobre as comunidades humanas e os ecossistemas. Para Belmonte (2004), o jornalismo ambiental ao se tornar um divulgador desses conhecimentos não compete com o sistema educacional, mas contribui com ele por meio de informações que auxiliam o debate público e a cidadania. O autor considera uma diferença básica entre a prática jornalística e a educação a forma como se apropriam da linguagem. Enquanto o jornalismo tenta traduzir para o público termos e teorias complexas, o sistema educacional não tem essa responsabilidade e pode se basear em processos técnicos, que serão compreendidos por um determinado nicho a que se destina.

Belmonte (2004) acredita que o jornalismo ambiental precisa ir além do caráter informativo e funcionar como uma espécie de elemento transformador da sociedade, por meio da promoção da educação. “(...) Diante da crise ecológica, a imprensa também precisa assumir a responsabilidade de educar e transformar. O jornalismo ambiental não pode ser apenas informativo, tem de estar engajado em um modelo de vida sustentável do ponto de vista ecológico e social” (BELMONTE, 2004, p.35).

2.2.2 O que é na prática jornalismo ambiental

Há diversas maneiras de conceituar o jornalismo ambiental, de acordo com a perspectiva adotada. Bueno (2007), por exemplo, considera o jornalismo ambiental como um processo de captação, produção, edição e circulação de informações (entendidas como conhecimentos, saberes, resultados de pesquisa) comprometidas com a temática ambiental e que se destinam a um público leigo ou não especializado.

O conceito trazido por Bueno enxerga o jornalismo ambiental além de uma visão simplista, que o consideraria como apenas um campo de especialização do campo jornalístico. Loose (2010) vai além dessa definição e acrescenta que essa área do jornalismo traz em si os sentidos de coletividade, qualidade de vida e sustentabilidade da

vida do planeta. “A partir desta conceituação, percebemos que o meio ambiente e o homem estão articulados e são interdependentes” (LOOSE, 2010).

Para Bueno (2007), o jornalismo ambiental compartilha muitos valores com o jornalismo de forma geral, como a noção de atualidade e periodicidade. Uma das diferenças é que ele é capaz de abordar, a partir de uma visão sistêmica, assuntos diversificados sobre o meio ambiente, como biodiversidade, preservação de comunidades biológicas, poluição, desmatamento, saneamento, produção agrícola, condições de uso da água e do solo, habitação, entre outros temas.

Apesar dessa área jornalística abordar certos temas, ela não deve apenas trazer informações sobre eles. De acordo com Girardi; Loose e Belmonte (2021), o jornalismo ambiental vai muito além da abordagem do meio ambiente nos textos noticiosos, pois esse tipo de jornalismo é baseado em discursos permeados pela noção de racionalidade ambiental, conceito proposto por Leff (2009, apud GIRARDI; LOOSE; BELMONTE, 2021). E este tipo de racionalidade funciona como um contraponto ao conhecimento totalizante do mundo globalizado, uma vez que propõe o entendimento do todo a partir da compreensão e valorização dos fragmentos, das partes, ou seja, dos saberes locais ou hiperlocais.

Bueno considera que para que o jornalismo ambiental alcance uma abordagem sistêmica e cumpra verdadeiramente com seu papel, é preciso que sejam cumpridas as três esferas de atuação dessa área comunicacional: informativa, pedagógica e política. A primeira, inerente ao jornalismo de modo geral, é necessária para que os cidadãos saibam sobre os acontecimentos a nível local e global. A segunda promove a reflexão e o aprendizado constante sobre questões da vida e do planeta. Já a última é a responsável por mobilizar as pessoas em torno de uma causa comum.

Segundo Gelos (2003, apud BELMONTE, 2017), o jornalista ambiental tem uma difícil missão pedagógica e crítica, pois diferentemente do que o senso comum acredita, ele não é o profissional que dará as respostas, mas contemplará diferentes pontos de vista que ajudarão na compreensão do fenômeno e farão com que as audiências, muitas vezes, cheguem às suas próprias conclusões. Nesse sentido, o profissional dessa área funciona como uma espécie de mediador entre a sociedade e os saberes que nela circulam. Com isso, o jornalista contribui para um processo de ruptura com o fazer científico automatizado e auxilia no processo de humanização da própria ciência.

2.2.3 Obstáculos no exercício do jornalismo ambiental

Apesar do jornalismo ambiental ser uma parte do jornalismo como um todo e de ambos compartilharem semelhanças e propósitos, Bueno (2007) acredita que o jornalista

ambiental tenha um ethos próprio, pois seu compromisso está diretamente relacionado com a qualidade de vida e com o efetivo exercício da cidadania. Nesse sentido, o profissional deve assumir uma postura engajada em causas sociais e políticas. Caso contrário, fica dominado por quem detém o poder.

Diferentemente da falsa ideia adotada por alguns profissionais e disseminada por leigos de que o jornalista é um ser neutro e isento, o jornalista ambiental não precisa adotar essa postura porque no exercício de suas atividades já fica evidente (ou deveria) o seu compromisso com um projeto de mundo mais justo e igualitário.

Depois de quase meio século de divulgação e veiculação de problemas ambientais pela mídia, o meio ambiente já se tornou assunto em determinados veículos de comunicação, mesmo quando não tratam sobre o tema de forma tão direta. Muitas vezes as questões ambientais aparecem nos noticiários em assuntos cotidianos como falta de água, uso de energia, importância da reciclagem, agricultura, alterações climáticas (como enxurrada, secas e estiagem), planejamento urbano, entre outros.

Segundo Belmonte (2004), apesar de o meio ambiente ser um tema presente na mídia hegemônica, o espaço dado a esse tipo de pauta (como tempo, no caso do rádio e da televisão, ou tamanho do texto, no impresso ou digital), a posição que ocupa na escalada de notícias e o enquadramento adotado geralmente não são adequados. Para Girardi; Loose e Belmonte (2021), há uma aparente contradição, pois, há interesse dos brasileiros por assuntos ecológicos ao mesmo tempo em que os veículos de comunicação não tratam as informações como deveriam e a pauta não aparece de forma contínua e sistêmica.

Bueno (2007) considera que existe ainda um outro obstáculo ao jornalismo ambiental exercido na grande mídia: o constrangimento institucional. Em outras palavras, há profissionais que optam por sair das redações por discordarem das decisões dos editores sobre o enquadramento dado a uma dada notícia com viés ambiental, sobre as alterações no produto noticioso final ou ainda sobre a sugestão de determinadas pautas e exclusão de outras. Belmonte (2017) chama de “ambientalismo empresarial” a situação que consiste em um determinado veículo divulgar projetos e ações “verdes” que são implementadas por grandes indústrias sob a falsa justificativa de contribuir com a melhora do meio ambiente.

Bachetta (2000) aponta dois problemas que podem prejudicar a cobertura jornalística ambiental. O primeiro seria os interesses mercadológicos. Nessa perspectiva, pelo fato de o jornalismo ambiental trazer temas transdisciplinares que têm relação com aspectos sociais, políticos e econômicos, pode acontecer da empresa não querer abordar o assunto para não se comprometer, por exemplo, denunciando um determinado político ou instituição que de modo direto ou indireto presta apoio à instituição jornalística em

questão. O segundo diz respeito ao tratamento sensacionalista dado por alguns veículos na abordagem de pautas ambientais. Nesse caso, geralmente só há visibilidade midiática quando acontece alguma catástrofe natural.

Para Sorhuet (2003), a recorrência não contínua de pautas ambientais nos jornais pode fazer com que o público deixe de se interessar por estes assuntos ou que nem sequer recebam informações qualificadas sobre o tema. “A imprensa enfoca os problemas ambientais de acordo com aspectos técnicos e resultados políticos, e não em sua ressonância social” (SORHUET, 2003).

Sorhuet também considera que a cobertura de temas ambientais pela mídia pode ser falha porque para noticiar esses assuntos é preciso investir em tempo de estudo e preparação, uma vez que os temas são globais, amplos e têm relação com outros aspectos da realidade, o que foge da lógica de produção acelerada de conteúdos adotada pelas empresas. Além disso, também é preciso de uma quantidade suficiente de jornalistas ambientais qualificados no mercado, o que segundo o teórico, ainda é pouco.

Apesar das dificuldades, há caminhos para a boa prática do jornalismo ambiental, como a adoção de uma abordagem sistêmica que garanta um diálogo de saberes a partir de múltiplas vozes e pontos de vistas, respeitando a diversidade das fontes.

Propomos a qualificação da informação ambiental em dois eixos: por um lado, fazer um jornalismo coerente com os ideais ambientais – como o de respeitar as diferenças e o de perceber que o planeta é repleto de frágeis ligações que nos incluem e afetam; por outro, respeitar os critérios de apuração e redação. (GIRARDI; MORAES; LOOSE, 2012, p.8).

Para as autoras, é possível fazer um jornalismo ambiental sério a partir do entendimento de que o meio ambiente é rico, diverso e povoado por pessoas de diferentes culturas e crenças. Com isso, é preciso exercer o respeito à diferença e aplicar critérios de apuração e redação para evitar cair em “armadilhas” em decorrência da complexidade do tema.

3 PROTOCOLOS DA COBERTURA JORNALÍSTICA

Neste capítulo são apresentadas as origens do conceito de acontecimento e seus tipos, como acontecimento histórico, discursivo e jornalístico, com destaque para o último.

Outro assunto abordado são as múltiplas definições para enquadramento e seus tipos, com enfoque para o enquadramento noticioso.

Também são apresentados os principais critérios de noticiabilidade que são acionados pelos jornalistas e pelos meios de comunicação para determinar quais fatos da realidade têm potencial de se tornarem produtos noticiosos.

3.1 Historiografia do acontecimento

Para Berger e Tavares (2009), o jornalismo é uma entidade responsável tanto por noticiar o acontecimento como também por atuar em sua construção, após a coleta de informações sobre o desenrolar dos fatos. Desse modo, o jornalista tem como missão construir uma narrativa que faça sentido e que se aproxime do verossímil.

Em suma, a prática jornalística depende do acontecimento e atua sobre ele. No entanto, esse conceito existe muito antes do jornalismo enquanto instituição. E para entender o acontecimento jornalístico, é preciso voltar o olhar para as diferentes abordagens sobre o acontecimento ao longo das teorias da História.

De acordo com Pontes e Silva (2010), o entendimento geral e amplo de acontecimento está relacionado com duas visões históricas. A primeira, chamada de metodológica, considera a existência de um conflito de ideias, sendo que de um lado estão teóricos que defendem que o fato determina o contexto, e de outro, aqueles que consideram que as estruturas sociais determinam tais fatos. Já a segunda perspectiva, de viés epistemológico, apresenta outros dois antagonismos: os autores que tentam comprovar a cientificidade da história por meio da explicação, ou seja, estabelecem leis de causalidade e predição de um acontecimento, e aqueles que buscam compreender o acontecimento histórico em sua unicidade, a partir da determinação das características que o constituem e o singularizam.

Essas duas perspectivas deram início a historiografia. A partir disso, surgiu a escola metódica alemã, que justificava a existência de um saber histórico com base na organização da metodologia do trabalho do historiador, que deveria se preocupar, sobretudo, em recontar um determinado fato do passado. Em oposição, havia ainda a escola de annales, cujas preocupações eram as estruturas econômica, cultural e social que determinavam os acontecimentos.

Com o avanço dos estudos historiográficos, surgiu mais uma corrente que

concebia a história como ontologia: a teoria marxista da História. Ela, por sua vez, colocava em dialética a objetividade e a subjetividade, o fato e a estrutura como um todo (realidade).

“Esses modos de ver o acontecimento no decorrer da História vão nos direcionar, no estudo do acontecimento jornalístico, para as reflexões que a História vem fazendo, há mais tempo, sobre os acontecimentos na perspectiva dos fatos narrados” (PONTES; SILVA, 2010).

A partir do desenvolvimento dos estudos historiográficos, chegou-se à conclusão de que tanto a História como a Literatura valorizavam a narrativa, o que aproximava as figuras do historiador e do escritor. Sob essa perspectiva, os acontecimentos, para as duas áreas, são externos ao texto, mas formados a partir dele. Além disso, a escrita cumpria um papel importante na seleção e observação dos fatos, sendo algo comum tanto à História quanto ao jornalismo.

3.1.1 Acontecimento histórico

Na História, o acontecimento é estudado e recortado tanto de acordo com a realidade quanto por meio das visões e perspectivas do historiador e da maneira com que ele insere e enquadra esse acontecimento.

Segundo Pontes e Silva (2010), uma das diferenças entre o jornalista e o historiador é que o primeiro busca a atualidade do acontecimento, já o segundo tem uma relação mais ampla e larga com a questão do tempo e recorre cotidianamente a elementos do passado, já que a matéria do seu estudo não é fugaz.

Apesar de o historiador não trabalhar, de modo geral, diretamente com a atualidade, ele lida com a complexidade de acontecimentos dados, ou seja, que já foram construídos e que constituem elementos de registro histórico. Desse modo, para entender e isolar determinado fato, é preciso reconfigurá-lo (copiar o acontecimento em sua dinamicidade) e transformá-lo em uma história ou narrativa a ser contada. Esse processo resulta em uma narrativa refigurada que é interpretada no processo de leitura a partir de outras narrativas.

Em seu trabalho, o historiador também precisa exercer os papéis de público e de leitor. Caso contrário, não conseguirá reconstruir fatos conforme os moldes que foram estabelecidos por ele enquanto profissional. Nesse sentido, o desafio que os historiadores enfrentam é parecido com o do jornalista, ou seja, ambos precisam transmitir em palavras os fatos que aconteceram por meio da utilização de narrativas.

Para Ricouer (1983), a ligação indireta entre História e narrativa faz com que a História seja considerada como uma modalidade da narrativa, mas não dependa

exclusivamente da narração. Certeau (1999) também havia adotado esta perspectiva e contribuiu para a inserção das noções de narrativa e referente ao trabalho exercido pelo historiador. Essas contribuições dos autores auxiliaram no processo de compreensão do próprio conceito de acontecimento.

Segundo Ricouer (1983), apesar das aproximações entre as narrativas literárias e históricas há uma diferença básica no papel exercido pelo escritor e pelo historiador. Enquanto o primeiro estabelece conexões no interior da história contada por meio de um contrato de leitura com seu público, o segundo precisa autenticar e justificar os fatos que compõem o acontecimento que será narrado. Desse modo, o autor diferencia o acontecimento histórico, que ele chama de “quase acontecimento”, do acontecimento narrativo.

Enquanto o acontecimento narrativo, presente por exemplo, no jornalismo, está diretamente relacionado com a brevidade, o acontecimento histórico se relaciona predominantemente com elementos como mudança e ruptura.

3.1.2 Acontecimento jornalístico

O jornalismo entendido como um discurso formado a partir de um conjunto de relatos do tempo presente depende do trabalho de recorte e análise dos acontecimentos. Além disso, diferentemente do escritor, por exemplo, que pode narrar elementos ficcionais, o jornalista sempre organiza fatos sob o formato de uma história real.

Além das semelhanças e aproximações entre jornalismo e Literatura, há também elementos comuns entre a atividade jornalística e a História. Além de o jornalismo e a História utilizarem o acontecimento como matéria-prima, as duas áreas têm fundamentos baseados no tempo contado e no mundo contado (HELLER, 1970). A partir desses entrelaçamentos, se faz ainda mais necessária a distinção entre acontecimento histórico e acontecimento jornalístico.

Segundo França (2012) um acontecimento só é considerado como tal quando afeta um sujeito, interrompendo a rotina e desorganizando o presente, o que gera inquietação e faz o sujeito agir. Ainda nessa perspectiva, Quéré (2005) considera a existência de acontecimentos que ocorrem independentemente da vontade individual e aqueles cuja ocorrência é provocada pelo homem. Para o autor, ambos os tipos estão presentes na prática jornalística.

Para França (2012), a produção da notícia é um processo complexo que só tem início a partir de um acontecimento. Esse, por sua vez, é sempre um fenômeno social da realidade, determinado histórica e culturalmente. Quando o jornalista realiza a observação de um determinado acontecimento, ele lhe confere um sentido, construindo

uma narrativa que expressa uma determinada forma de enxergar o fenômeno e ressalta algo que julga ser o mais importante. Isso origina o acontecimento jornalístico.

Silva e Maia (2011) consideram que as mudanças ocorridas nos âmbitos econômicos, políticos, sociais e tecnológicos contribuíram para uma aproximação maior entre o acontecimento e o jornalismo contemporâneo. Além disso, as autoras acreditam que a partir do momento em que os acontecimentos são vividos de forma direta e imediata pelos sujeitos, o historiador deixa de cumprir seu papel de divulgá-los, ao passo que o jornalista e os meios de comunicação assumem essa função.

Segundo Traquina (1993), o acontecimento, no jornalismo, pode ser definido como um fato que ganha notoriedade. A partir dessa perspectiva, evidencia-se que o acontecimento jornalístico é originado depois da constatação e observação do fato.

A relação entre fato e acontecimento no âmbito jornalístico também foi objeto de estudo de teóricos, como Sodré (2009). O autor enfatizou que os fatos deveriam ser analisados nas suas formas brutas, apurados e interpretados pelos jornalistas antes de se tornarem acontecimentos. Depois dessa etapa de análise, o comunicador teria que encontrar e atribuir um sentido social aos fatos e transformá-los em narrativas jornalísticas.

Diferentemente da visão adotada por alguns teóricos de que o jornalista cumpre somente a função de informar e não age sobre os fatos, para Cornu (1999), no processo de construção de narrativas jornalísticas, o comunicador sempre age, de forma implícita ou explícita, sobre o fato, lançado sobre ele uma interpretação.

De acordo com Cornu (1999), os fatos jornalísticos são originados mais a partir dos discursos do que dos acontecimentos. Para o teórico, o acontecimento chega ao jornalista, na maior parte das vezes, como um discurso que já foi construído por outro(s) sujeito(s), como por exemplo, um estudo científico publicado em uma revista, releases, relatórios de organizações ou até mesmo um compilado de informações obtido por outros veículos de comunicação.

Franciscato (2014) também defende a tese de que os fatos no jornalismo têm relações mais diretas e profundas com os discursos previamente produzidos do que com os acontecimentos em si. “Seu texto é um recorte, uma ‘colagem’ ou ‘combinação’ de observação, descrição e interpretação tanto do jornalista quanto da equipe de produção e das fontes de informação” (FRANCISCATO, 2014).

Para Berger e Tavares (2009), é possível identificar no mínimo dois tipos de acontecimentos, o experienciado no cotidiano e o jornalístico. Enquanto o primeiro seria objeto de estudo da História, Filosofia e das Ciências Humanas e corresponde à emergência e às afetações do cotidiano na realidade tangível e em suas reverberações cognitivas, o segundo faz parte da área jornalística e busca ilustrar fatos da sociedade

em que está inserido, por meio de construções narrativas em forma de notícias, reportagens ou outros tipos de textos e/ou produtos de cunho jornalístico.

Apesar da separação proposta por Berger e Tavares (2009), para os autores, é impossível, na prática, dissociar o acontecimento experienciado e o jornalístico, pois ambos são complementares. Segundo os teóricos, o acontecimento vivido e experienciado é o que dá base e conteúdo para o acontecimento jornalístico. Esse último, por sua vez, intervém na percepção do primeiro.

Queré (2005) trouxe novas noções teóricas sobre a questão do acontecimento jornalístico. Para o autor, tanto os meios de comunicação e o público (a audiência) quanto os especialistas de mídia e as instituições sociais interferem no poder hermenêutico (viés interpretativo) dos acontecimentos, atuando sobre eles e complexificando-os.

3.1.3 Tensões entre acontecimento e acontecimento jornalístico

Souza (2002) diferencia acontecimento de acontecimento jornalístico. Para o autor, um dos pontos que os distinguem é que o primeiro seria mais geral e amplo, enquanto o segundo tem um caráter notável. Além disso, é justamente essa notoriedade do acontecimento jornalístico que fornece a base para a produção noticiosa, gerando-a e sendo gerado por ela.

Rodrigues (1993) também defende essa separação teórica entre os conceitos e traz mais uma novidade. Segundo ele, as notícias constituem algo novo, que ele chama de meta-acontecimento discursivo. Em suma, o teórico acredita que esse tipo de texto de cunho jornalístico fala sobre um outro acontecimento (notável, singular e concreto), o qual está presente na realidade. Desse modo, o jornalismo enquanto instituição teria como função transformar os acontecimentos em notícias, sendo essas a unidade discursiva ou matriz geradora do sistema.

Berger e Tavares (2009) defendem a ideia de que o acontecimento de modo geral causa perturbações na vida cotidiana, que são captadas por diversas instituições, como as jornalísticas. Desse modo, há um intercruzamento entre o acontecimento e o acontecimento jornalístico.

Ainda segundo os autores, no caso do jornalismo, o acontecimento é cooptado no tempo e pelo tempo (em suas dimensões temporal e de ruptura) e é construído (adotando-se e adequando-se de sentidos) pelo jornalista e pelos meios de comunicação. Apesar de terem pontos em comum, Antunes (2007) compreende que acontecimento e acontecimento jornalístico não são fenômenos equivalentes e que é preciso dissociá-los para que se perceba suas singularidades e efeitos.

Dayan e Katz (1992) atribuem ao jornalismo a função de reconhecer e recolher os

acontecimentos vividos, legítimos, cotidianos, sociais, puros e brutos que estão presentes no mundo. Para os autores, depois do reconhecimento e da análise, ocorre a construção do que eles chamam de acontecimentos noticiosos — o equivalente ao que outros autores nomeiam como acontecimentos jornalísticos.

Charaudeau (2006) utiliza os estudos de Edgar Morin para classificar os acontecimentos de modo geral em dois tipos básicos: os autogerados, os quais estão relacionados a fenômenos que seguem lógicas de previsibilidade, e os heterogerados, relativos a fenômenos que necessitam de algo inesperado para desenvolverem-se. Segundo o teórico, o segundo tipo seria o de maior interesse para as instituições jornalísticas, justamente por irem ao encontro dos valores- notícia. “O acontecimento será selecionado e construído em função do seu potencial de atualidade, de socialidade e de imprevisibilidade” (CHARAUDEU, 2006).

Tuchman (1983) propôs outra classificação para os acontecimentos, levando em consideração o fator tempo. Para ele havia quatro tipos de acontecimento: os inesperados, os pré-determinados (ou anunciados), os em desenvolvimento e os subsequentes (seguiram a repercussão do primeiro acontecimento). A partir dessa perspectiva, Berger e Tavares (2009) dividiram os acontecimentos com base na imprevisibilidade ou na previsibilidade quando aplicados à prática jornalística em dois tipos: imprevistos e previstos, sendo os primeiros os que atraem o sistema jornalístico e que servem de base para a produção noticiosa.

3.2 Jornalismo como acontecimento

Quando o jornalismo é tratado como um discurso, dois conceitos podem ser confundidos pelo senso comum e até mesmo por alguns teóricos: acontecimento discursivo e acontecimento jornalístico. Apesar de terem pontos em comum, possuem estatutos diferentes.

Para Benetti (2010), essa distinção pode ser compreendida ao considerar o jornalismo como um gênero discursivo particular, que tem seus conceitos e lógicas próprias do seu campo de conhecimento. Além disso, é preciso considerar que a prática jornalística entendida como um gênero discursivo carrega consigo elementos que também são comuns a todo discurso: quem diz e para quem; para quem se diz; o que se diz; em que condições se diz; como se diz.

Para Foucault (1995), todos elementos comuns aos discursos devem ser analisados conjuntamente com as regras particulares do discurso específico, pois estes mesmos elementos serão aplicados de forma distinta.

A compreensão do jornalismo como gênero discursivo exige conhecimento teórico suficiente para que se possa, ao final, reconhecer

que o jornalismo é uma prática discursiva particular, que só se estabelece na relação entre sujeitos aptos a identificar os elementos do contrato de comunicação. (BENETTI, 2010, p.144)

De acordo com a autora, a prática discursiva do jornalismo se diferencia de outros discursos mediante sua própria materialização, ou seja, a partir dos produtos e textos de caráter jornalístico. Benetti ainda considera que há produtos e elementos que, em um primeiro momento, podem parecer pertencer ao campo jornalístico, mas não o são. E para realizar essa distinção, um dos caminhos é a aplicação de um olhar atento e epistemológico.

Ao adotar a perspectiva de que todo discurso pode ser visto também como acontecimento se faz necessário compreender as particularidades do fenômeno a ser analisado.

O termo acontecimento adquire dois estatutos no jornalismo: um, no ambiente de produção de sentidos sobre o mundo exterior, enquanto um gênero discursivo definido; outro, no ambiente dos procedimentos que identificam os fenômenos capazes de ocupar o lugar do acontecimento jornalístico (BENETTI, 2010, p.153).

Em suma, Benetti considera que o jornalismo tem uma certa particularidade, uma vez que ele, além de ser um acontecimento, trata de outros acontecimentos. Além disso, a instituição jornalística tem como matéria-prima os fatos, sua prática se caracteriza pela articulação e percepção de fenômenos da realidade e sua materialidade se impõe a partir da construção discursiva de tais acontecimentos.

3.3 Enquadramento: bases teóricas

O conceito de enquadramento, presente no campo jornalístico e objeto de estudo dessa área, foi originalmente proposto pelo antropólogo, cientista social, linguista e semiólogo inglês Gregory Bateson, em estudos no campo da psicologia.

Gregory utilizou o enquadramento (chamado por ele de enquadre) para tentar compreender a esquizofrenia e as relações envolvidas no processo psicoterápico da doença. Desse modo, Bateson aplicou o conceito ao estudo da comunicação com base nas raízes interacionais de psicopatologias (Winkin, 1998).

O conceito foi apresentado à comunidade acadêmica em um encontro da Associação Americana de Psiquiatria, em 1954. No ano seguinte, o enquadramento estava presente no texto “A theory of play and fantasy”, que foi publicado por Bateson na American Psychiatric Association Research Reports. No texto, o autor buscou explicar como as interações eram ancoradas em quadros de sentido que moldavam as interpretações e ações dos sujeitos envolvidos.

A teoria de Gregory tinha como base a divisão da comunicação verbal humana em vários níveis. De acordo com o teórico, toda mensagem apresentava um nível denotativo

(de conteúdo), um nível metalinguístico (modo como a própria mensagem repensa a linguagem) e um último, chamado de metacomunicativo — constituído de elementos que definem a relação envolvida entre os falantes (BATESON, 2002).

Esses níveis nos processos de comunicação foram percebidos a partir de uma observação que Bateson realizou com lontras e macacos em um zoológico de São Francisco, nos Estados Unidos. A análise tinha como objetivo localizar critérios comportamentais que pudessem identificar se um determinado organismo é capaz ou não de reconhecer que os indícios emitidos por ele mesmo e por outros membros de sua espécie são sinais (BATESON, 2002). Com isso, foi comprovada a existência de mensagens metacomunicativas nas interações ocorridas entre estes animais e passou a se considerar elas como enquadre.

Depois das observações e análises, Bateson propôs a adoção do conceito de enquadre aos estudos sobre a comunicação ocorridos entre o terapeuta e o paciente, em um contexto de psicoterapia. Nessa perspectiva, a partir do enquadre é possível perceber quais mensagens são incluídas e quais são excluídas do processo comunicativo. Além disso, na visão de Gregory, todo enquadre é metacomunicativo e toda metacomunicação pode ser entendida como enquadre (BATESON, 2002).

A partir da contribuição de Bateson, outros teóricos começaram a perceber que o enquadramento poderia ser aplicado para a análise de outros processos comunicacionais. Ribeiro e Garcez (2002) por exemplo, acreditavam que os sujeitos deveriam estar atentos aos sinais que delimitavam e/ou contextualizam os enquadres, com objetivo de fornecer uma resposta adequada à situação presente e, assim, poder corroborar com a construção da comunicação que já estava em curso. Desse modo, os teóricos perceberam que o enquadramento estava sempre presente e que ele possibilitava a identificação de regras e instruções que orientavam determinadas situações e o próprio comportamento dos indivíduos envolvidos no contexto.

A popularização do conceito de enquadramento, contudo, aconteceu após o desenvolvimento dos estudos do sociólogo canadense Erving Goffman. Por esse motivo, não é incomum algumas pessoas associarem o conceito a Goffman ao invés de Bateson. O teórico canadense, ao contrário de outros estudiosos, não pretendia aplicar o enquadre ao estudo de grandes estruturas e sistemas sociais. O objetivo de Goffman era acionar o conceito para a análise de pequenas interações cotidianas que organizavam a experiência dos sujeitos no mundo.

Para Goffman, o enquadramento é o conceito acionado para responder a seguinte indagação: “o que está acontecendo aqui?” (MENDONÇA; SIMÕES, 2012). A primeira sistematização do enquadramento dentro dessa perspectiva foi feita pelo sociólogo no livro *Frame Analysis* (1986). Na obra, o teórico criou o conceito de “frame”, que seria o

conjunto de princípios de organização que governam acontecimentos sociais (enquadramentos) e o envolvimento subjetivo do indivíduo neles (GOFFMAN, 1986).

Segundo o sociólogo, os frames possibilitam a definição da situação pelos sujeitos, contribuindo, desse modo, com o enquadramento. Dentro dessa perspectiva, quando uma pessoa está inserida em uma situação, é preciso compreender qual é o quadro (frame) que a conforma e, conseqüentemente, qual o posicionamento que ela deve adotar perante ele.

Goffman pretendia, ao propor uma análise de enquadramentos, isolar alguns quadros de entendimentos básicos disponíveis na sociedade visando dar sentido a eventos e analisar as vulnerabilidades a que os quadros de referência estavam sujeitos (GOFFMAN, 1986, p. 10).

Para a sociologia de Goffman, os atores sociais não são completamente livres e independentes no engajamento interacional. Ao contrário, os indivíduos são configurados de acordo com as situações que os precedem, embora o teórico reconheça que os sujeitos também possam atuar sobre elas. Desse modo, os frames são tidos como estruturas de sentido que se formam por meio do encontro de sujeitos em uma situação e não são meramente construídos por atores sociais que desejam influenciar interlocutores.

3.3.1 Enquadramento pelo viés midiático

Durante a década de 1980, o conceito de enquadramento foi mobilizado por pesquisadores que se dedicavam a estudar os fenômenos midiáticos e que buscavam se distanciar dos paradigmas tradicionais dos estudos da mídia.

Entre os estudos tradicionais da mídia se destacavam duas correntes. De um lado, os estudiosos que queriam romper com a teoria hipodérmica dos meios de comunicação, corrente teórica que considerava que o receptor era um ser apático e passivo frente ao recebimento das mensagens, sendo, portanto, influenciado por elas (LASSWELL, 1987). De outro, os teóricos que acreditavam que a mídia tinha pouca ou nenhuma influência na formação da opinião pública (LAZARFELD; BERELSON; GAUDET, 1967). Nesse sentido, o enquadramento foi um conceito mobilizado para justificar a crítica a essas duas correntes.

A partir da noção de enquadramento, era possível contestar a ideia de objetividade midiática, defendida por teóricos como Lasswell e Lazarsfeld. Na década de 1970, estudiosos como Gaye Tuchman já manifestavam sua posição contrária aos estudos que consideravam a atuação da mídia com base nas noções de distorção e viés (TUCHMAN, 1973). Robert Hackett, seguindo a base teórica de Tuchman, propôs que no lugar de

investigar se a mídia distorce ou não a realidade, fosse estudada o tipo de orientação estruturada que marca e está presente nas coberturas jornalísticas (HACKETT, 1993).

Em 1978, Tuchman passou a utilizar o termo enquadramento para colocar em evidência valores jornalísticos como imparcialidade, neutralidade e objetividade. Para o teórico, esses elementos deveriam ser entendidos como parâmetros que auxiliavam o jornalista a definir qual fato é relevante de ser apurado e noticiado pela mídia. Nessa perspectiva, o teórico definiu as notícias como “janelas para o mundo” e considerou que elas seriam as responsáveis por enquadrar a realidade a que o indivíduo tem acesso (TUCHMAN, 1978).

Na década de 1970, Maxwell McCombs e Donald Shaw formularam a hipótese do agenda-setting. De acordo com essa perspectiva, os consumidores de notícias tenderiam a considerar mais relevantes os assuntos que eram veiculados com maior destaque pelos veículos de comunicação, ou seja, a mídia pautava a vida social (organizava a agenda do público). Além disso, McCombs propôs a hipótese ou teoria do agendamento, que complexificou a questão e considerava que mesmo que a mídia não fosse capaz de dizer às pessoas o que pensar, ela era eficiente ao dizer sobre o que elas deveriam pensar (viés da agenda-setting) e como elas deveriam pensar sobre determinados assuntos.

Partindo dessas hipóteses, muitos teóricos realizaram estudos com o intuito de demonstrar que mesmo quando o público não incorporava as interpretações que eram difundidas pelos meios de comunicação, os enquadramentos midiáticos forneciam espécies de mapas cognitivos que seriam utilizados na reflexão sobre problemáticas públicas. Um dos exemplos de aplicação do enquadramento nesse sentido foi realizado por Gitlin (2003). Segundo ele, os enquadramentos devem ser entendidos como “padrões sistemáticos de conhecimento, interpretação e apresentação, de seleção, ênfase e exclusão, pelos quais manipuladores de símbolos rotineiramente organizam discurso, seja verbal ou visual” (GITLIN, 2003). Além disso, para o teórico, apesar de os enquadramentos não ditarem o que a audiência deveria pensar, eles acabavam estabelecendo o modo “natural” de se pensar sobre uma dada realidade. (GITLIN, 2003).

Na década de 1990, surgiram tentativas de uniformização do conceito de enquadramento. Nessa época, Robert Entman integrou o conceito de enquadramento com a noção de hegemonia midiática e criou a definição de framing. Para o teórico, enquadrar (framing) era selecionar alguns aspectos da realidade percebida e torná-los evidentes em um texto comunicativo, com intuito de promover uma definição particular de um problema, uma interpretação casual, uma avaliação moral ou mesmo a recomendação de tratamento para determinado item descrito (ENTMAN, 1993).

Entman também considerava que entre os textos comunicativos, as mensagens jornalísticas tinham características próprias, uma vez que elas costumavam definir

problemas, diagnosticar suas causas, sugerir julgamentos morais sobre eles, e, eventualmente, sugerir remédios para sua solução (ENTMAN, 1993).

Com base nos estudos de Goffman, Porto (2004) teorizou sobre o enquadramento aplicado às interações sociais. Para o teórico, o indivíduo tende a perceber os eventos e situações que o cercam a partir dos enquadramentos. Em suma, eles são os responsáveis por responder a seguinte pergunta: “o que está acontecendo aqui?”.

Koenig (2004), também interpretou os estudos de Goffman sobre enquadramento e trouxe novas contribuições para a análise do conceito. Para o teórico, os enquadramentos podem ser definidos como estruturas cognitivas básicas que guiam a percepção e a representação da realidade. Ainda segundo ele, em sua totalidade, os enquadramentos não são produzidos conscientemente, mas sim adotados de forma inconsciente no processo comunicativo (KOENIG, 2004).

Teóricos como Koenig alertaram que estudos sobre a análise de enquadramento mais recentes estão na contramão da base trazida por Goffman, tendo apenas “conexões fracas” com a formulação original. Porto (2004) também defende esta ideia e acredita que os diversos usos do conceito foram responsáveis por deturpar seu significado.

Apesar do seu uso crescente nos estudos sobre processos de comunicação, as primeiras revisões sistemáticas da literatura sobre enquadramento sugerem que ainda existe uma falta de clareza nos diversos usos do conceito e que muito precisa ser feito para se desenvolver uma teoria abrangente e coerente. (PORTO, 2004, p.3)

Para Porto (2004), os usos do conceito de enquadramento são tão numerosos e variados que fica difícil construir um marco teórico que seja claro, sistemático e coerente a partir do conceito. Por essa razão, quando ele é acionado em um problema de pesquisa, é preciso explicitar a base teórica e o que está sendo considerado como enquadramento.

3.3.2 Tipos de enquadramentos

Porto (2004), enfatizou em seus estudos sobre a importância de não reduzir a questão do enquadramento para a aplicabilidade no âmbito comunicacional ou jornalístico. Segundo o teórico, existem basicamente três tipos de enquadramentos: os editoriais, os noticiosos e os interpretativos.

Os enquadramentos editoriais estão relacionados com o conjunto de critérios de seleção, ênfase e distribuição dos textos sobre um determinado tema no interior, por exemplo, de uma edição publicada. Eles geralmente expressam as rotinas de produção e organização da notícia, as quais traduzem para a prática jornalística os princípios e valores éticos que guiam a atuação pública da imprensa.

Os enquadramentos noticiosos se relacionam com os princípios de seleção e ênfase próprios da redação de uma notícia por um jornalista profissional. No jargão

jornalístico, esse tipo de enquadramento seria o “ângulo da notícia”, o ponto de vista adotado pelo texto noticioso que destaca certos elementos de uma realidade em detrimento de outros (PORTO, 2004).

Por fim, os enquadramentos interpretativos enfocam as avaliações de temas e eventos realizadas por distintos atores sociais.

Enquadramentos interpretativos são padrões de interpretação que promovem uma avaliação particular de temas e/ou eventos políticos, incluindo definições de problemas, avaliações sobre causas e responsabilidades, recomendações de tratamento etc. Estas interpretações são promovidas por atores sociais diversos, incluindo representantes do governo, partidos políticos, movimentos sociais, sindicatos, associações profissionais. Embora os jornalistas também contribuam com seus próprios enquadramentos interpretativos ao produzir notícias, este tipo de enquadramento tem origem geralmente em atores sociais e políticos externos à prática jornalística. Trata-se aqui de interpretações oriundas de um contexto mais amplo que podem ser incorporadas ou não pela mídia (PORTO, 2004, p. 96).

A partir das contribuições trazidas por Porto (2004), evidencia-se que o fenômeno do enquadramento é muito mais amplo do que o que ocorre no meio comunicacional ou jornalístico, apesar dessas áreas terem se apropriado da definição, a partir de particularidades e rotinas produtivas e de terem até mesmo criado novos significados para o conceito.

3.4 A escolha do que noticiar

Para que um determinado fato social se torne notícia, ele precisa atender a uma série de critérios estabelecidos pelos veículos de comunicação jornalísticos e depende também do próprio ethos da profissão de jornalista. Com isso, evidencia-se que a notícia enquanto produto é um discurso ou relato que foi previamente selecionado da realidade.

Com o avanço do jornalismo no século 20, alguns teóricos começaram a se questionar e a tentar encontrar respostas sobre quais fatores influenciavam um jornalista ou meio de comunicação a noticiarem determinado acontecimento e excluírem outro. Tuchman (1978) defendia a posição de que os jornalistas enxergavam o mundo de uma maneira diferenciada das demais pessoas e, por conta disso, viam em determinados fatos sociais os seus potenciais enquanto notícias. Além disso, a autora considerava que essas escolhas não eram arbitrárias, mas muito bem fundamentadas na profissão e instrumentalizadas de tal forma que ajudavam a organizar o mundo, por vezes, caótico e contraditório.

A partir dos estudos nessa área, começaram a surgir conceitos que buscavam explicar este fenômeno, tais como noticiabilidade, valores-notícia e seleção de notícias. Os usos rotineiros e o entendimento destes termos pelo senso comum acabou, por vezes, dificultando a sistematização de noções teóricas básicas sobre o processo de produção

noticiosa. Nesse sentido, a noticiabilidade seria um conceito mais amplo, enquanto valores-notícia e seleção de notícias são mais específicos e estão englobados no primeiro.

3.4.1 Conceitos chaves no processo de produção noticiosa

O conceito de noticiabilidade, por vezes confundido com valores-notícia ou seleção de notícias, é mais amplo e geral. Para Silva (2005), a noticiabilidade (ou newsworthiness, em inglês) pode ser definida como todo e qualquer fator potencialmente capaz de agir no processo da produção noticiosa. Neste sentido, envolve desde as características do fato, os julgamentos do jornalista, a cultura profissional da classe jornalística, as condições favorecedoras e limitantes do meio de comunicação, a qualidade do produto (como da imagem e do texto) até a relação estabelecida dos jornalistas com as fontes ou com o público, fatores éticos e circunstâncias (econômicas, históricas, políticas e sociais).

A partir da noticiabilidade, são elaborados conjuntos de critérios de noticiabilidade, ou seja, instâncias que ajudam a compreender qual acontecimento é relevante e qual é descartável para o campo jornalístico. Estes critérios podem ainda ser divididos em três grupos:

a. Seleção primária dos fatos ou valores-notícia: critérios adotados com base na origem dos fatos. Dizem respeito a atributos próprios ou características típicas, que são notadamente reconhecidos por diferentes jornalistas e meios de comunicação;

b. Tratamento dos fatos: Baseia-se na seleção hierárquica dos fatos, levando em conta para além dos valores-notícia dos fatos selecionados, fatores que estão inseridos dentro da organização jornalística (como o formato do produto, a qualidade do material jornalístico apurado, o prazo de fechamento da matéria, a infraestrutura, a tecnologia empregada, entre outros). Ainda incluem-se fatores extra-organizacionais que estão ligados direta ou indiretamente ao exercício da atividade jornalística, como as relações estabelecidas do repórter com os entrevistados ou com o público;

c. Visão dos fatos: baseado em fundamentos éticos, filosóficos e epistemológicos do campo jornalístico. Estão inclusos os conceitos de verdade, objetividade, interesse público e imparcialidade, que orientam as ações e intenções das instâncias ou eixos anteriores

A autora ressalta que, na prática, todos esses critérios funcionam como algo único, a divisão é meramente para fins de estudo e investigação.

Outro teórico que se preocupou em compreender a noticiabilidade como um fenômeno foi Wolf (2003). Segundo ele, a noticiabilidade seria resultante tanto da cultura profissional e seus valores quanto da organização do trabalho. “A noticiabilidade é

constituída pelo complexo de requisitos que se exigem para os eventos – do ponto de vista da estrutura do trabalho nos aparatos informativos e do ponto de vista do profissionalismo dos jornalistas –, para adquirir a existência pública de notícia” (WOLF; 2003).

Em suma, para Wolf, a noticiabilidade comprovaria que o produto informativo seria resultado de um processo de negociações (realizado pelos jornalistas em diferentes etapas da produção noticiosa) que têm como objetivo orientar o que deve ou não ser inserido nos jornais, nos noticiários ou nos telejornais.

Traquina (2005), com base em estudos etno-construtivistas, também contribui com este campo de investigação. Para o teórico, as notícias seriam resultado de um processo de produção que aconteceria em três etapas: percepção, seleção e transformação de uma matéria-prima (acontecimentos) em produto (notícias). Além disso, ele considerava que esse produto informativo era resultado das características tecnológicas de cada veículo de comunicação, das logísticas de produção jornalística, dos imperativos comerciais, dos retraimentos orçamentais, das inibições legais, da disponibilidade de informação dos entrevistados e da necessidade de narrar um fato de modo inteligível e atraente para determinada audiência.

É reducionista, portanto, definir noticiabilidade somente como conjunto de elementos por meio dos quais a empresa jornalística controla e administra a quantidade e o tipo de acontecimentos ou apenas como o conjunto de elementos intrínsecos que demonstram a aptidão ou potencial de um evento para ser transformado em notícia (SILVA, 2005, p.97).

Com base nas contribuições de Traquina, Silva (2005) define a noticiabilidade como a soma de elementos externos e internos que circundam a produção noticiosa. Com isso, fica evidente a complexibilidade do processo e suas múltiplas variáveis.

Muitos autores ao analisarem o fenômeno da produção noticiosa, concentraram-se, sobretudo, nos valores-notícias (características dos fatos em si) e nas ações pessoais do jornalista, ignorando o fato de que a seleção dos acontecimentos seguia dentro da redação. Neste sentido, teóricos passaram a tratar os conceitos de seleção de notícias e valores-notícias como sinônimos. Apesar de ambos constituírem a noticiabilidade, possuem características distintas que merecem ser destacadas. Uma das diferenças entre seleção de notícias e valores-notícias é a origem dos termos. O primeiro tem base nos estudos sobre gatekeeper (seletor de notícias) aplicado à prática jornalística. Entre os teóricos que trabalhou com a questão do gatekeeper estão David Manning White, cujas investigações foram divulgadas na década de 1950 e amplamente difundidas no campo acadêmico da comunicação na década seguinte. Para o pesquisador, toda mensagem antes de se tornar pública passava por determinados filtros (portas) e o “guardião” dessa porta seria o jornalista (atuava como uma espécie de “porteiro”), que definia o que passava.

De acordo com Kunczik (2001), desde o século 17 teóricos já abordavam o fenômeno da seleção de notícias em seus estudos.

No Schediasma Curiosum de Lectione Novellarum, de 1676, Cristian Weise afirma que ao selecionar as notícias se deve separar o verdadeiro do falso. Daniel Hartnack, em 1688, também tratou do problema da seleção de notícias em seu Erachten von Einrichtung der alten teutschen und neuen europäisschen Historien, enfatizando a importância dos fatos. As consequências de um acontecimento eram decisivas para decidir se ele seria divulgado ou não. (KUNCZIK, 2001, p.241)

Na própria tese “De relationibus novellis” (escrita por Tobias Peucer e apresentada em 1690 na Universidade de Leipzig), que é considerada como a primeira pesquisa acadêmica sobre jornalismo, já está presente o assunto sobre a seleção de fatos que mereceriam ser recordados ou conhecidos. O autor também descreveu quais seriam as características dos acontecimentos que seriam relevantes ao campo jornalístico.

Para Peucer, a seleção passaria por uma primeira etapa em que alguns acontecimentos eram escolhidos para serem noticiados. Nesta fase, haveria alguns critérios que orientavam o jornalista na escolha, como atualidade, importância, interesse cívico, algo insólito, casos negativos (como catástrofes e guerras), e acontecimentos que se passavam com pessoas ilustres. O teórico também considerava que a audiência era um fator determinante e, por esta razão, o jornalista precisava propor ao público fatos curiosos e oferecer uma variedade de temas, promovendo o equilíbrio entre eles (SOUZA, 2002). Em 1965, Galtung e Ruge já falavam do equilíbrio como um critério de noticiabilidade.

Silva (2005) se apropriou das ideias de Peucer em seus estudos e enfatizou que o processo de seleção dos fatos era constituído por outras etapas e seguia dentro da redação.

Entre os selecionados será preciso escolher novamente quais deles merecem entrar nas chamadas dos telejornais ou quais ganharão as primeiras páginas dos impressos, ou mesmo quais ocuparão mais espaço nas páginas internas. A seleção, portanto, se estende redação adentro, quando é preciso não apenas escolher, mas hierarquizar (SILVA, 2005, p.98).

Segundo a autora, o jornalista também cumpriria um papel de hierarquizar os fatos noticiosos, de modo a destacá-los e enfatizar os que merecem mais atenção dentro da estrutura dos produtos jornalísticos, como jornais impressos e telejornais. Desse modo, Silva (2005) enfatiza que o processo de noticiabilidade passa por uma fase de seleção e outra de hierarquização e que em ambas são acionados valores-notícias que agem em conjunto com outros critérios de noticiabilidade como formato do produto, qualidade da imagem, linha editorial, custo, público a que se destina, entre outros.

Para Silva, os valores-notícias são as próprias características dos fatos em si em sua origem e correspondem a um subgrupo de fatores que agem junto de outro conjunto de critérios de noticiabilidade que está diretamente relacionado com o tratamento do fato.

3.4.2 Valores-notícia: perspectiva adotada

Diversos teóricos abordaram de distintas maneiras os valores-notícias. Alguns usaram esse conceito com outros nomes como valores informativos ou fatores de notícia. De todo modo, se referiam a um grupo de critérios que fazem parte do processo de noticiabilidade de um acontecimento, se estendendo desde a origem do fato, o fato em si, o acontecimento isolado até suas características intrínsecas, as características essenciais, os atributos inerentes e os aspectos substantivos do acontecimento.

Wolf (2003) definiu valores-notícias como critérios de relevância que são difundidos ao longo de todo processo de produção. Além disso, segundo o teórico, eles estariam presentes tanto na seleção das notícias quanto nos procedimentos posteriores, embora com importância diferente.

Com o avanço dos estudos sobre o tema, inseriu-se a perspectiva da cultura. Stuart Hall definiu os valores-notícias como espécies de mapas culturais. John Hartley acrescentou que os valores-notícia não eram naturais nem neutros e que formavam um código que via o mundo de uma forma particular. Hartley ainda enfatizou que eles eram de fato um código ideológico (HALL; HARTLEY apud TRAQUINA, 2005).

Tanto para Hall quanto para Hartley os valores-notícias deveriam ser compreendidos dentro de uma lógica que considera a notícia como uma construção social. Schudson (1978) também seguiu essa linha teórica e definiu a notícia como um produto cultural.

Entre os teóricos mais recentes, Kunczik (2001) definiu os valores informativos (como decidiu chamar os valores-notícia) como suposições intuitivas dos jornalistas com relação àquilo que interessa a um público determinado e que chamava a atenção. Já para Guerra (2004), os valores-notícia só deveriam ser utilizados para designar as qualidades dos fatos, ou seja, os atributos que os jornalistas lhe atribuíam. Desse modo, Guerra delimitou o conceito somente para o que dizia respeito ao julgamento do gatekeeper e não aos demais elementos que interferiam no processo de transformação do fato em notícia. O restante, para o teórico, constituiria os critérios de noticiabilidade.

Em meio a uma extensa biografia sobre valores-notícia, Traquina (2005) buscou promover uma revisão histórica do conceito e apresentou sua própria visão acerca do tema. Baseado nos estudos de Wolf, o teórico dividiu os valores-notícia em dois tipos, os de seleção e os de construção. A primeira categoria diz respeito a decisão do jornalista em escolher quais acontecimentos têm potencial de se transformarem em notícias. Já o segundo tipo se relaciona com a redação jornalística e a edição do material, a qual deve realçar, omitir e priorizar determinados aspectos.

Para Traquina, os valores-notícia de seleção poderiam ser divididos em dois

subgrupos: os critérios substantivos (dizem respeito ao fato em si) e os critérios contextuais (relativos às condições de produção noticiosa).

Seguindo a classificação apresentada pelo teórico, os valores-notícia do subgrupo critérios substantivos, que atuam na avaliação direta do acontecimento em função de sua importância ou interesse, são os seguintes: morte, notoriedade do agente principal do acontecimento, proximidade geográfica, proximidade cultural, relevância (preocupação de informar o público sobre acontecimentos importantes), novidade, notabilidade (qualidade do acontecimento em ser tangível), conflito ou controvérsia (ligados à violência física ou simbólica, sendo a primeira de maior noticiabilidade) e infração (associada ao escândalo).

Já os valores-notícias do subgrupo critérios contextuais, que dizem respeito ao contexto da produção noticiosa, são os seguintes: disponibilidade (facilidade de um acontecimento receber cobertura jornalística), equilíbrio (considerando o número de notícias que já existe sobre tal fato), visualidade (capacidade de se tornar tangível às audiências, qualidade das imagens), concorrência (conseguir algo novo que outros veículos de comunicação não têm e evitar não ter o que os demais possuem), exclusividade e dia noticioso (existência de acontecimentos importantes naquele período).

A segunda categoria proposta por Traquina, os valores-notícias de construção, que são acionados durante a edição do material, diz respeito aos seguintes aspectos: simplificação (redução de clichês e estereótipos, tornado o acontecimento algo simples de ser compreendido pelo público), amplificação (relacionado ao exagero, técnica para o fato em si ou suas consequências serem notados), relevância, personalização (humanizar os acontecimentos com pessoas e suas histórias), dramatização (realce dos aspectos mais críticos, pelo viés emocional) e consonância (encaixa da notícia em padrões conhecidos, como uma narrativa de conhecimento geral).

Outra contribuição trazida por Traquina foi a inserção da ideia de mega-acontecimento. Para o teórico, ele provoca uma alteração completa na rotina e possui uma grande quantidade de valores-notícia que o tornam como consenso da comunidade jornalística. Neste caso, entre os valores consensuais destacam-se a morte, a novidade, o inesperado, a notoriedade do ator, a relevância, o conflito e insólito.

É importante ressaltar que Traquina considera o tempo como um valor-notícia, mas optou por não inseri-lo dentro de nenhuma categoria, pelo fato de estar presente em diferentes etapas do processo de produção noticiosa. Para o teórico, este elemento pode referir-se à existência de um acontecimento da atualidade que já foi transformado em notícia mas que pode servir de “gancho” para outro acontecimento. A sua segunda manifestação é na aparição como próprio tempo (data específica), que pode servir como “gancho”, no caso das efemérides (datas comemorativas). Por fim, uma terceira aparição

deste valor-notícia é quando certos assuntos continuam em pauta por muito tempo, devido ao seu impacto, o que faz com que qualquer elemento relacionado ao fato tem potencial de virar notícia.

Apesar de saber da existência de outras classificações e enquadramentos dados aos valores-notícias, para fins da presente pesquisa, é adotada a perspectiva de Traquina.

4 METODOLOGIA: ANÁLISE DE CONTEÚDO

Neste capítulo, é apresentada a metodologia utilizada para responder ao seguinte problema de pesquisa: quais são os posicionamentos editoriais do Jornal Nacional a partir das matérias sobre as queimadas e os incêndios na Amazônia, de agosto de 2019 a outubro de 2020?

Para compreender quais foi a linha editorial do Jornal Nacional sobre as queimadas e incêndios na Amazônia, a partir do discurso sobre o tema presente nas matérias selecionadas foi utilizada a perspectiva teórico-metodológica da análise de conteúdo categorial temática, com base em Bardin (2009). Além disso, pelo fato das matérias do JN analisadas fazerem parte de uma área específica do campo jornalístico, o jornalismo ambiental, foram utilizadas as categorias de análise ecotecnocrática e ecossocial, baseadas nas correntes teóricas de sustentabilidade propostas por Caporal e Costabeber (2001).

Também foram acionados conceitos relativos aos protocolos de cobertura jornalística, como critérios de noticiabilidade e valores-notícia, de acordo com a perspectiva teórica trazida por Traquina (2005, 2008), e enquadramento noticioso, a partir de Koenig (2004) e Porto (2004). Todas as definições desses elementos foram abordadas no capítulo anterior.

Por fim, ainda nesse capítulo é feita a análise do objeto de pesquisa a partir da análise de conteúdo e dos conceitos previamente definidos e considerados para o estudo do fenômeno.

4.1 Pesquisa documental: procedimento

O primeiro passo metodológico foi a realização de uma pesquisa documental no acervo de matérias do Jornal Nacional relativo ao período de agosto de 2019 a setembro de 2020, disponibilizado na plataforma Globoplay. Em seguida, foram encontradas 17 notícias nesse período que tratavam sobre o fenômenos dos incêndios e queimadas na Amazônia. Para a realização da análise, foram escolhidas oito. O critério de escolha foi a seleção de quatro matérias no período de agosto de 2019 a dezembro de 2019 e outras quatro de janeiro de 2020 a setembro de 2020, já que foram nesses períodos que houve variações da intensificação dos focos de incêndio na Amazônia. Além disso, estipulou-se que cada matéria a ser analisada deveria ter o limite máximo de duração de 4 minutos e 30 segundos.

A monografia pode ser classificada, de acordo com o procedimento adotado, como uma pesquisa documental. Esse tipo de pesquisa se assemelha muito com a pesquisa bibliográfica. Para Gil (2002), a única diferença entre elas está na natureza das fontes.

Enquanto a pesquisa documental vale-se de materiais que ainda não receberam um tratamento analítico (como as matérias do JN), a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente de contribuições de diversos autores sobre um determinado assunto.

Ainda segundo Gil, o desenvolvimento da pesquisa documental é muito semelhante ao da pesquisa bibliográfica, com diferença de que a seleção do primeiro tipo de pesquisa engloba, em geral, a exploração de um grande número de fontes documentais.

De acordo com classificação adotada por Duarte e Barros (2005), os documentos podem ser de fontes primárias (escritos pessoais, cartas, documentos oficiais, textos originais, documentos internos de empresas e instituições, entre outros) ou de fontes secundárias (jornais, revistas, boletins, almanaques, catálogos e relatórios técnicos). No caso das notícias do JN sobre incêndios e queimadas na Amazônia, os documentos advêm de uma fonte secundária, a mídia televisiva, que já fez uma análise prévia do fenômeno que foi noticiado e realizou um determinado corte ou enquadramento.

Duarte e Barros definem a análise documental como a identificação, verificação e apreciação de documentos para determinado fim. Para os autores quando aplicada ao campo científico, ela pode ser ao mesmo tempo método e técnica. “Método porque pressupõe o ângulo escolhido com base em uma investigação. Técnica porque é um recurso que complementa outras formas de obtenção de dados, como a entrevista e o questionário” (DUARTE, BARROS, 2005).

Nessa monografia, a análise documental foi aplicada como uma técnica para a localização e consulta das matérias do JN que versavam sobre o assunto escolhido para análise.

Com base na perspectiva adotada por Duarte e Barros, a análise documental está além de sua função de localizar, organizar e avaliar materiais como textos, som e imagem. Essa técnica pode também contextualizar fatos, situações e momentos, além disso, introduz novas perspectivas em outros ambientes, sem deixar de respeitar o conteúdo original dos documentos. Neste sentido, ela foi a melhor técnica para localizar as matérias do JN e ao mesmo tempo trazer diferentes perspectivas que foram abordadas nas notícias ao longo do período de tempo selecionado (agosto de 2019 a setembro de 2020).

Importante salientar que as oito matérias do JN selecionadas compõem o corpus da pesquisa, ou seja, o conjunto de documentos (notícias do JN).

4.2. Metodologia empregada: análise de conteúdo

A metodologia adotada nessa monografia foi a análise de conteúdo. A escolha se justifica, em primeira instância, por se tratar de um método de análise de texto que pode

ser aplicado tanto em pesquisas quantitativas quanto em qualitativas, sendo este último tipo o caso da presente pesquisa. Além disso, de acordo com Krippendorff (1990, apud DUARTE; BARROS, 2005), esse tipo de metodologia é útil na investigação de fenômenos simbólicos e pode ser combinada com várias técnicas de pesquisa.

Outro motivo que justifica a escolha está no fato de que é possível, por meio da análise de conteúdo, a reconstrução de representações e com isso, os analistas conseguem inferir a expressão dos contextos e o apelo através desses contextos (BAUER, 2003). No caso do objeto de pesquisa, por meio do emprego da metodologia foi possível entender o contexto das matérias, as representações e significados “ocultos” nos discursos e o apelo a partir do enquadramento dado em cada notícia. Nesse caso, o enfoque estava nas matérias oriundas do JN e o texto funcionou como um meio de expressão.

Como o intuito da presente pesquisa é identificar os posicionamentos editoriais do Jornal Nacional a partir do conjunto de matérias selecionadas, a metodologia adotada é uma ferramenta útil que possibilitou a análise dos significados presentes nos discursos propagados pelo telejornal.

Segundo Krippendorff (1990, apud DUARTE; BARROS, 2005), a análise de conteúdo é utilizada desde o século 18, quando a corte suíça precisou analisar de forma minuciosa uma coleção de 90 hinos religiosos anônimos, conhecidos como “Os cantos de Sião”, com intuito de investigar se eles tinham algum conteúdo considerado imoral de acordo com os preceitos religiosos. No entanto, a adoção sistemática da metodologia só ocorreu no início do século 20, quando passou a ser utilizada em várias áreas, como nas ciências políticas, e pelos países durante as guerras mundiais. Durante a segunda guerra mundial, os britânicos chegaram a aplicar o método em propagandas nazistas e, com isso, conseguiram descobrir armas secretas alemãs.

Com relação aos métodos de pesquisa em comunicação, a análise de conteúdo pode ser confundida com outros tipos, como as análises de mensagens, semiológica ou do discurso. Para Lozano (1994, apud FONSECA JUNIOR, 2006), a principal diferença está no fato de que a análise de conteúdo cumpre com os requisitos da sistematicidade e confiabilidade e possibilita que diferentes analistas cheguem às mesmas conclusões.

A análise de conteúdo é sistemática porque se baseia num conjunto de procedimentos que se aplicam da mesma forma a todo o conteúdo analisável. E também confiável — ou objetiva — porque permite que diferentes pessoas, aplicando em separado as mesmas categorias à mesma amostra de mensagens, podem chegar às mesmas conclusões. (LOZANO apud FONSECA JUNIOR, 2006, p. 286)

Além do alto grau de confiabilidade, a análise de conteúdo também apresenta alguns diferenciais. Para Krippendorff (1990, apud DUARTE; BARROS, 2005), ela tem uma orientação fundamentalmente empírica, exploratória e está vinculada a fenômenos

reais e de finalidade preditiva. Além disso, tem uma metodologia própria que permite que o analista programe, comunique e avalie criticamente um projeto de pesquisa com independência de resultados. No caso da monografia, os resultados obtidos têm esse caráter independente, mas ao mesmo tempo podem ser alcançados por outros investigadores que decidam avaliar o mesmo corpus empírico, tendo a mesma finalidade de investigação.

4.2.1 Análise de conteúdo categorial temática

O tipo de análise de conteúdo adotado para fins de pesquisa foi a categorial temática. A técnica começou a ser utilizada por Harold Leswell, em 1927. Na época, o sociólogo e cientista político estadunidense decidiu aplicar a metodologia para estudar uma propaganda sobre a Primeira Guerra Mundial (RICHARDSON, 1999).

A análise de conteúdo categorial temática passou por reformulações e aperfeiçoamento e contou com as contribuições de Moraes (1999) e de Bardin (2009). A partir disso, a metodologia se tornou referência para os estudos das mensagens, visando investigar o valor informacional e os sentidos e representações “ocultos” nas palavras, argumentos e ideias expressas nos textos.

Pela sua natureza científica, a análise de conteúdo deve ser eficaz, rigorosa e precisa. Trata-se de compreender melhor um discurso, de aprofundar suas características [...] cognitivas, ideológicas, etc., e extrair os momentos mais importantes. Portanto, deve-se basear em teorias relevantes, que sirvam de marco de explicação para as descobertas do pesquisador (RICHARDSON, 1999, p.224)

No caso da análise de conteúdo categorial temática, o rigor da metodologia é mantido e é criado um referencial ou sistema de categorias. Com relação à presente pesquisa, foram adotadas como categorias as correntes teóricas de sustentabilidade ecossocial e ecotecnocrática, de Caporal e Costabeber (2001).

A corrente ecotecnocrática segue um discurso liberal e sua lógica é baseada na intensificação tecnológica que visa ao aumento produtivo. Nesta perspectiva, o sujeito acredita ser possível adotar atitudes sustentáveis sem que as estruturas social e econômica precisem ser modificadas. Para isso, como estratégia, são utilizados empreendimentos tecnológicos e mecanismos de mercado que solucionem os problemas ambientais vigentes. Nesse tipo de pensamento, os padrões de desenvolvimento em geral são pouco questionados pois estão vinculados com a ideologia liberal e de crescimento econômico continuado, em que o mais importante é o lucro e a continuidade da produção de bens materiais.

Já a corrente ecossocial defende a substituição da racionalidade vigente por uma racionalidade capaz de agregar saberes relacionados à preservação ambiental e ao ecodesenvolvimento. Nesse tipo de pensamento, o sujeito acredita que para haver

sustentabilidade é necessário modificar os atuais parâmetros de desenvolvimento e questionar o modelo vigente (CAPORAL; COSTABEBER, 2001).

É importante ressaltar que a corrente ecossocial que está amparada no ideal de ecodesenvolvimento também se relaciona com duas dimensões de solidariedade: “a solidariedade diacrônica, com respeito às gerações futuras, mas sem esquecer a solidariedade sincrônica, que deve ser estabelecida entre as gerações presentes” (CAPORAL; COSTABEBER, 2001).

Em suma, enquanto a primeira corrente fortalece a lógica capitalista, a segunda propõe uma ruptura e defende a ascensão de um modelo alternativo para a sociedade que respeite os ecossistemas locais e a biodiversidade do planeta.

Com relação à presente monografia, para entender os discursos do JN buscou-se identificar a presença das duas categorias para aplicação da análise de conteúdo. A perspectiva ecotecnocrática foi identificada quando houve a presença de discursos que propunham a manutenção das estruturas social e econômica e que defendiam que o problema ambiental vigente (incêndios e queimadas na Amazônia) podereria ser solucionados por meio de tecnologias e estratégias dentro do atual modelo capitalista. Já o modelo ecossocial ocorreu quando houve discursos que propuseram uma ruptura do atual modelo liberal e que incentivava a migração para uma nova perspectiva de desenvolvimento, com respeito aos ecossistemas.

4.2.2 Organização da análise de conteúdo

O primeiro percurso de investigação do objeto de estudo consistiu na organização das etapas da metodologia. Para isso, adotou-se a perspectiva de análise de conteúdo categorial temática de Bardin (2009).

De acordo com o autor, existem basicamente três etapas para a aplicação da metodologia. A primeira etapa, a pré-análise, consistiu em entrar em contato com o material que tem potencial para ser analisado (matérias do JN), refletir acerca de ideias iniciais e percepções sobre o objeto de estudo e traçar caminhos possíveis para a execução da análise. Importante salientar que, para Bardin, esse percurso traçado deve ser ao mesmo tempo flexível (sujeito a eventuais mudanças) quanto preciso. Nessa etapa, escolheu-se as oito matérias que compuseram o corpus empírico, formulou-se hipóteses acerca do objeto de estudo (como do Jornal Nacional representar um veículo tradicional e, portanto, atender aos interesses da elite e dos modelos econômicos vigentes) e dos objetivos possíveis de serem alcançados (como o telejornal se posicionou sobre o tema e o que estava oculto em seus discursos) e a elaboração de categorias ou indicadores que permitissem a análise final. Com relação à monografia, foram escolhidas as correntes

teóricas de sustentabilidade ecossocial e ecotecnocrática.

A etapa seguinte consistiu na exploração exaustiva do material. Nessa fase, as notícias selecionadas foram assistidas quatro vezes cada uma e houve a transcrição dos discursos para um papel e a leitura atenta dos textos presentes (com consulta e consumo equivalente a quatro vezes cada texto). Segundo Bardin, essa etapa é longa e consiste basicamente na aplicação de operações de codificação e decodificação em função dos parâmetros previamente estabelecidos (categorias escolhidas).

Ainda na segunda fase foram acionados os conceitos de valores-notícia e enquadramento noticioso para realizar a exploração do conteúdo das matérias e formular hipóteses mais concretas sobre os motivos que justificaram a produção de cada notícia, os discursos presentes nos conteúdos e a linha editorial adotada de forma geral e em cada objeto analisado.

A última etapa consistiu no tratamento dos resultados obtidos, ou seja, nos valores-notícia e enquadramentos noticiosos encontrados, bem como a predominância de alguma das duas categorias (ecossocial e ecotecnocrática). A partir disso, chegou-se aos resultados. Essa terceira fase será vista com mais detalhes ao final do capítulo.

4.3 Critérios de noticiabilidade e enquadramentos do JN

Para tentar compreender a linha editorial do JN a partir das matérias sobre as queimadas e os incêndios ocorridos na Amazônia no período de agosto de 2019 a setembro de 2020, buscou-se identificar quais eram os enquadramentos dados pelo Jornal Nacional com relação às matérias sobre queimadas e incêndios. Em seguida, identificou-se os critérios de noticiabilidade presentes nessas matérias. Este percurso diz respeito à segunda etapa da análise de conteúdo.

O corpus empírico da pesquisa é constituído por oito notícias do Jornal Nacional que foram selecionadas entre 17 que retratavam o tema em questão, levando em conta o período de tempo escolhido (agosto de 2019 a setembro de 2020). É sobre esse corpus que buscou-se identificar os enquadramentos noticiosos e os critérios de noticiabilidade.

A análise de cada uma das oito matérias foi realizada tendo como base os valores-notícia adotados por Traquina (2005, 2008) e a definição de enquadramento noticioso como estruturas cognitivas básicas que guiam a percepção e a representação da realidade (KOENIG, 2004).

A partir de um olhar atento para cada notícia, buscou-se analisar quais eram os valores-notícia predominantes dentro das categorias de valores-notícia de seleção (que se subdividem por critérios substantivos e por critérios contextuais) e de valores-notícia de construção. Com isso, chegou-se aos seguintes resultados (a explicitação de como

foram obtidos e os seus significados serão abordados ao longo do capítulo):

Quadro 1 – Valores-notícia e enquadramentos noticiosos nas matérias do JN

Notícias (N)	Enquadramento noticioso	Valores-notícia de seleção (critérios substantivos)	Valores-notícia de seleção (critérios contextuais)	Valores-notícia de construção
<p>N1: “Queimadas são risco para Amazônia e para o comércio internacional”</p> <ul style="list-style-type: none"> • Veiculação: 24 de agosto de 2019; • Duração: 2 minutos e 55 segundos 	Consequências comerciais para o Brasil devido às queimadas na Amazônia	<p>Conflito;</p> <p>Infração;</p> <p>Proximidade geográfica;</p> <p>Relevância</p>	<p>Concorrência;</p> <p>Disponibilidade;</p> <p>Visualidade</p>	<p>Amplificação;</p> <p>Relevância;</p> <p>Simplificação</p>
<p>N2: “Queimadas na Amazônia em agosto foram as maiores para o mês em nove anos”</p> <ul style="list-style-type: none"> • Veiculação: 2 de setembro de 2019; • Duração: 1 minuto e 49 segundos 	Reunião de governadores e ministros para traçar estratégias de combate aos efeitos do recorde histórico de queimadas na Amazônia no período de agosto	<p>Conflito;</p> <p>Notoriedade dos agentes;</p> <p>Proximidade geográfica;</p> <p>Relevância</p>	<p>Concorrência;</p> <p>Disponibilidade;</p> <p>Visualidade</p>	<p>Personalização;</p> <p>Relevância;</p> <p>Simplificação</p>
<p>N3: “Incêndio na Amazônia maranhense se aproxima de área onde vivem índios isolados”</p> <ul style="list-style-type: none"> • Veiculação: 7 de novembro de 2019 • Duração: 2 minutos e 25 segundos 	Conflitos entre povos originários e madeireiros e avanços dos focos de incêndio em áreas onde vivem povos isolados	<p>Conflito;</p> <p>Infração;</p> <p>Morte;</p> <p>Notoriedade do agente;</p> <p>Proximidade geográfica;</p> <p>Relevância</p>	<p>Concorrência;</p> <p>Disponibilidade;</p> <p>Visualidade</p>	<p>Consonância;</p> <p>Dramatização;</p> <p>Personalização;</p> <p>Relevância;</p> <p>Simplificação</p>
<p>N4: “Queimadas e desmatamento na Amazônia aumentam após saída do Exército”</p> <ul style="list-style-type: none"> • Veiculação: 29 de dezembro de 2019; • Duração: 2 minutos e 14 segundos 	Aumento dos focos de incêndio após retirada das forças armadas na região	<p>Proximidade geográfica;</p> <p>Relevância;</p> <p>Conflito</p>	<p>Concorrência;</p> <p>Disponibilidade;</p> <p>Visualidade</p>	<p>Relevância;</p> <p>Simplificação</p>

<p>N5: “Focos de queimadas na Amazônia aumentam em 2019, informa o Inpe”</p> <ul style="list-style-type: none"> • Veiculação: 8 de janeiro de 2020 • Duração: 2 minutos e 19 segundos 	<p>Aumento dos focos de incêndio na Amazônia em 2019 e falta de fiscalização e controle do governo federal</p>	<p>Conflito;</p> <p>Proximidade geográfica;</p> <p>Relevância</p>	<p>Concorrência;</p> <p>Disponibilidade;</p> <p>Visualidade</p>	<p>Consonância;</p> <p>Relevância;</p> <p>Simplificação</p>
<p>N6: “Apenas 5% dos responsáveis pelo Dia do Fogo na Amazônia foram punidos”</p> <ul style="list-style-type: none"> • Veiculação: 10 de agosto de 2020; • Duração: 4 minutos e 3 segundos 	<p>Impunidade dos responsáveis pelos incêndios na Amazônia</p>	<p>Controvérsia;</p> <p>Infração;</p> <p>Proximidade geográfica;</p> <p>Relevância</p>	<p>Concorrência;</p> <p>Disponibilidade;</p> <p>Exclusividade;</p> <p>Visualidade</p>	<p>Consonância;</p> <p>Personalização;</p> <p>Relevância;</p> <p>Simplificação</p>
<p>N7: “Avanço das queimadas afasta investidores estrangeiros, alertam especialistas”</p> <ul style="list-style-type: none"> • Veiculação: 5 de setembro de 2020 • Duração: 3 minutos e 55 segundos 	<p>Perda de investimentos estrangeiros devido às queimadas na Amazônia</p>	<p>Conflito;</p> <p>Proximidade geográfica;</p> <p>Relevância</p>	<p>Concorrência;</p> <p>Disponibilidade;</p> <p>Visualidade</p>	<p>Consonância;</p> <p>Relevância;</p> <p>Simplificação</p>
<p>N8: “Salles e Mourão negam incêndios confirmados em números e imagens de satélite na Amazônia”</p> <ul style="list-style-type: none"> • Veiculação: 10 de setembro de 2020 • Duração: 3 minutos e 36 segundos 	<p>Mensagem transmitida pelo governo federal a partir da divulgação de um vídeo que nega incêndios na Amazônia</p>	<p>Controvérsia;</p> <p>Notabilidade;</p> <p>Notoriedade do agente;</p> <p>Proximidade geográfica;</p> <p>Relevância</p>	<p>Concorrência;</p> <p>Disponibilidade;</p> <p>Visualidade</p>	<p>Relevância;</p> <p>Simplificação</p>

Fonte: Filipe Pimentel, 2022

4.3.1 Balanço dos critérios de noticiabilidade

Um ponto comum entre as oito notícias selecionadas é que independentemente do enquadramento dado, todas dão enfoque para os prejuízos ocasionados pelos focos de

incêndio sob o viés da falta de controle, fiscalização e erros do governo federal.

Apesar das notícias terem sido veiculadas em diferentes datas, percebe-se semelhanças entre elas, como o enquadramento dado sobre o tema pelo viés das consequências econômicas para o Brasil dos incêndios e queimadas, que é observado, sobretudo, nas matérias 1 e 7. Com exceção da notícia 3, nas demais, há a valorização de um modelo econômico baseado em lógicas capitalistas e liberais, o que dá indícios de um viés ecotecnocrático.

A terceira notícia apresenta um enquadramento diferenciado das demais, uma vez que seu enfoque se concentra nas consequências das queimadas e incêndios para os povos originários e no conflito deles com os madeireiros. Nela, também há a valorização da natureza e dos aspectos ambientais, bem como demonstra em seu discurso respeito à cultura dos povos originários e seus modos de vida. Esses aspectos a aproximam da perspectiva ecossocial.

O enquadramento adotado na oitava matéria, que enfoca erros cometidos em um vídeo divulgado pelo governo federal (como a inserção do mico-leão-dourado em um vídeo que retrata a Amazônia, sendo que é um animal típico da mata atlântica, e a negação dos focos de incêndio) sobre as queimadas na Amazônia, se diferencia das demais por promover uma crítica mais direta ao governo, no entanto, não tem aproximação com o viés ecossocial. Pelo fato do discurso não indicar uma ruptura com o atual modelo econômico nem abordar as relações com os ecossistemas e a valorização da biodiversidade, o conteúdo apresenta uma perspectiva ecotecnocrática, apesar de não ser tão explícita quanto nas demais em que se observou essa corrente teórica.

4.3.2 Análise dos valores-notícia

Vale salientar, como explicado no capítulo 3, adotando a perspectiva de Traquina (2005, 2008), que os valores-notícia são divididos em dois tipos: de seleção e de construção. Este primeiro tipo diz respeito aos critérios adotados pelos jornalistas ou instituições jornalísticas para decidir quais fatos são viáveis de serem noticiados. Eles ainda se subdividem em dois tipos: os valores-notícia de seleção por critérios substantivos que dizem respeito ao fato em si, e os valores-notícia de seleção por critérios contextuais, relativos às condições de produção noticiosa. Já os valores-notícia de construção estão relacionados com os critérios adotados durante o processo de edição, na redação jornalística.

Com relação aos valores-notícia, há alguns que foram identificados em todas as matérias selecionadas, como os seguintes valores-notícia de seleção por critérios substantivos: posição geográfica e relevância. O primeiro se justifica porque o local onde

a problemática ambiental em questão ocorre (Amazônia) está localizada em solo brasileiro, sendo, por isso, um fator que torna o acontecimento importante de ser noticiado. Já a relevância, nesse caso, diz respeito à repercussão nacional e internacional do acontecimento. Mesmo nas matérias que não abordaram de modo direto as consequências do fenômeno, o assunto é importante de ser trazido uma vez que os impactos negativos afetam todos os seres que vivem na Amazônia e prejudicam a sociedade como um todo.

Outros valores-notícia de seleção por critérios substantivos não estiveram presentes em todo corpus empírico. O conflito, por exemplo, está presente em seis notícias, a infração e a notoriedade dos agentes, em três, a controvérsia, em dois, e morte e notabilidade somente em uma.

O conflito que está presente na primeira e sétima notícias diz respeito à posição dos investidores estrangeiros que poderiam cancelar os investimentos no Brasil devido à problemática ambiental e ao modo como o governo conduziu a situação. Na segunda matéria, é sobre o avanço das consequências dos focos de incêndio no país, além de também fazer referência à Alemanha e Noruega (principais investidores do país). Na terceira matéria, a abordagem é sobre a disputa entre povos originários e madeireiros. Já na quarta e na quinta notícia o conflito é pelo viés das consequências das queimadas e incêndios para o país.

A infração presente na primeira notícia tem relação com o não cumprimento da fiscalização e controle ambientais pelo governo federal e com a possível saída do Brasil de acordos internacionais devido à conduta dos governantes no caso da problemática ambiental em questão. Na terceira matéria, a infração observada é a atividade ilegal dos madeireiros e a tentativa de invadir e dominar terras pertencentes aos povos originários. Por fim, na sexta notícia, o ato infracionário diz respeito aos culpados que provocaram incêndios criminosos na Amazônia.

A notoriedade dos agentes na segunda notícia diz respeito às figuras dos ministros (representado pela figura de Ricardo Salles, então ministro do meio ambiente) e dos governadores (representado por Helder Barbalho, então governador do Pará), que por serem públicas, ganham destaque na mídia. Já na terceira matéria, a notoriedade é verificada a partir do uso de discursos de Zedico Guajajara, líder indígena, e da invocação da figura de Paulo Paulino Guajajara, assassinado em uma emboscada feita por madeireiros ilegais. Ambos são vistos como referência para as comunidades locais. Na oitava matéria, as figuras notáveis e sobre as quais se fala são Ricardo Salles e o vice-presidente Hamilton Mourão.

O valor-notícia da controvérsia presente na sexta matéria diz respeito à impunidade dos responsáveis pelos focos de incêndio na Amazônia. Como informado pelo JN,

somente 5% dos criminosos foram punidos. Já na oitava matéria, a controvérsia que se observa é o comportamento de Ricardo Salles e Hamilton Mourão que negam a gravidade das queimadas na floresta ao compartilharem um vídeo com desinformações.

A morte como valor-notícia é observada na terceira notícia ao recordar do assassinato de treze membros de comunidades de povos originários e também do líder indígena Paulo Paulino Guajajara, vítima de emboscada.

A notabilidade é verificada somente na última matéria, pois há a evocação do conteúdo do vídeo no discurso e a partir de imagens do material, o que torna mais tangível o acontecimento.

Observou-se que há valores-notícias de seleção por critérios contextuais que estão presentes em todo corpus empírico, como a disponibilidade, a concorrência e a visualidade. Já a exclusividade foi observada em somente uma.

A disponibilidade como valor-notícia diz respeito às condições do JN em noticiar tal acontecimento, ou seja, aos recursos financeiros, tempo e equipes que cobriram a pauta. A concorrência está relacionada com o fato de que os acontecimentos foram noticiados por outros veículos, sendo necessário também, enquanto lógica de mercado, que o JN também cobrisse as pautas. Já a visualidade tem relação com a facilidade com que os acontecimentos noticiados foram transformados em produtos jornalísticos voltados para a televisão, com riqueza de imagens que dão contexto ao fato.

A exclusividade observada na sexta notícia é um valor que diz respeito à tentativa de um veículo de comunicação em lançar um produto que os concorrentes não têm. Neste caso, o JN tentou aproveitar o gancho de um ano dos incêndios e queimadas na Amazônia (denominado de “dia do fogo”) para atualizar as informações sobre o caso e reiterar que apenas 5% dos responsáveis foram punidos.

Com relação aos valores-notícias de construção, identificou-se que a simplificação e a relevância estiveram presentes em todo corpus empírico. A consonância e personalização, em três, e a amplificação e a dramatização em uma.

A simplificação como valor-notícia diz respeito à forma como a narrativa é construída de modo a facilitar o entendimento das audiências. Neste caso, o JN utilizou linguagem simples, trouxe dados, exemplos e contextualizações, o que tornou o conteúdo mais atrativo e compreensível aos receptores. Já a relevância tem relação com a importância dos acontecimentos frente à estrutura do telejornal. Como os acontecimentos entraram em edições do telejornal, conclui-se que todas as notícias foram relevantes no processo de edição.

O valor-notícia de consonância observado na terceira notícia faz relação com o encaixe da notícia a padrões conhecidos, como uma narrativa de conhecimento geral. Neste caso, houve a retomada do assassinato dos treze membros de comunidades

originárias e do líder indígena Paulo Paulino Guajajara, fatos anteriormente noticiados.

A personalização, observada nas notícias dois, três e seis, faz referência ao uso de figuras de pessoas para humanizar a narrativa. Na segunda notícia, o valor-notícia foi identificado a partir da presença do então ministro do meio ambiente Ricardo Salles e do então governador do Pará Helder Barbalho, que representaram as figuras de outros governantes e ministros. Na terceira notícia, foi observada a partir da presença de membros de comunidades originárias e dos seus discursos. Por fim, na sexta matéria, ocorre a menção às figuras dos culpados pelos focos de incêndios, que mesmo sem haver imagens ou citação de nomes, humanizam o acontecimento ambiental.

A amplificação, identificada na primeira notícia, diz respeito ao uso de exageros para o fato em si ou para suas consequências serem notadas. No caso em questão, o valor-notícia foi utilizado para destacar uma possível consequência para o Brasil: a perda do acordo comercial com a União Europeia, via Mercosul. O levantamento da hipótese potencializa e destaca tanto a consequência (que até então era hipotética) quanto o fenômeno dos incêndios e queimadas na Amazônia.

O valor-notícia de dramatização foi identificado na terceira matéria, quando é transmitido o depoimento de Lenice Guajajara, esposa de Olímpio, que realça, pelo viés emocional, a dimensão do conflito entre madeireiros e povos originários e suas consequências.

4.4 Aplicação da análise de conteúdo

A última etapa da pesquisa consistiu no tratamento dos resultados obtidos e na interpretação dos conteúdos selecionados, tomando por base os valores-notícia e enquadramentos noticiosos identificados e o predomínio de alguma das duas categorias previamente estabelecidas.

Com relação à primeira notícia, que tem como enquadramento noticioso as consequências comerciais para o Brasil devido aos focos de incêndio na Amazônia, observou-se o predomínio da perspectiva ecotecnocrática, uma vez que reproduz discursos que garantem a manutenção do atual sistema econômico liberal e capitalista e prioriza as relações econômicas em prol do meio ambiente e dos ecossistemas. Identificou-se pelo menos 13 palavras ou expressões que sustentam o viés ecotecnocrático: acordo; acordo de livre comércio; acordo comercial; agroexportador brasileiro; agronegócio; exportador brasileiro; mercado brasileiro; mercado europeu; Mercosul; negociações; produtos industriais europeus; troca; União Europeia. Além disso, a forma como determinados países são referenciados, denota uma postura de manutenção do sistema. A França e Irlanda, por exemplo, são referenciadas como

“líderes europeus” e como parte de um “mundo desenvolvido”, perspectiva que considera que o desenvolvimento tem relação direta com o aspecto econômico, de exploração de bens e recursos.

O discurso de Rubens Ricupero (ex-ministro do meio ambiente), no final da primeira notícia, propõe uma mudança efetiva no sistema brasileiro de modo a impedir as ações de grileiros, pecuaristas ilegais, garimpeiros e madeireiros que invadem as terras dos povos originários. Isto poderia causar a impressão equivocada de que está sendo defendida uma posição ecossocial, de preservação do meio ambiente. No entanto, Rubens ao mesmo tempo defende a manutenção dos atuais acordos comerciais vigentes, que estão imersos em lógicas de dominação, ou seja, ainda trata-se de uma postura ecotecnocrática. Essa posição também fica evidente pela própria escolha das fontes. Além do ex-ministro do meio ambiente, foram ouvidos dois professores de relações internacionais, Eduardo Melo, da FGV, e Eduardo Trevisan, da ESPM.

Os discursos predominantes da segunda matéria, que foi construída a partir do enquadramento das reuniões entre ministros e governadores para traçar estratégias de combate aos focos de incêndios históricos na Amazônia, denotam uma postura ecotecnocrática. É possível perceber isso quando Helder Barbalho (governador do Pará na época) enfatiza que é preciso construir um plano efetivo de desenvolvimento. Observa-se, em todas essas situações, a defesa da manutenção de um sistema que prioriza o agronegócio em detrimento, por exemplo, da agricultura familiar, e, em prol, de uma lógica que relaciona desenvolvimento com crescimento econômico, sendo as questões ecológicas esquecidas ou tratadas como não prioritárias.

A terceira matéria, que está enquadrada nos conflitos existentes entre povos originários e madeireiros e no avanço dos focos de incêndio em regiões do Maranhão onde vivem povos originários isolados, denota uma postura ecossocial. Os discursos produzidos nesta matéria enfatizam a retirada de direitos destes povos e abordam os incêndios e queimadas pelo viés dos atos criminosos de pessoas que exploram as terras de forma ilegal.

É possível observar na terceira notícia, o predomínio de fontes e discursos provenientes de integrantes dos povos originários, o que contribui para a demarcação de uma postura pró-meio ambiente. Há a presença de Zedico Guajajara, que enfatiza as consequências dos focos de incêndio nas aldeias, um indígena cujo nome não foi identificado na matéria que informa sobre o andamento das operações de brigadistas indígenas no combate às queimadas e Lenice Guajajara, esposa de Olímpio, cujo discurso é trazido sob o viés emocional, que conta que o marido entrou no programa

de proteção da polícia porque estava ameaçado de morte pelos madeireiros. Foi também ouvido Antonio Pedrosa, presidente da Sociedade Maranhense de Direitos Humanos, que denuncia a omissão estatal e do sistema de justiça, denotando uma postura que vai contra o modelo político e econômico vigente.

Ainda na terceira matéria, o repórter recorda o assassinato do líder Paulo Paulino Guajajara, morto em 1º de novembro de 2019, vítima de uma emboscada, e de outros treze indígenas, desde 2016. Os discursos produzidos sobre estes casos enfatizam e denunciam um problema e demarcam a ineficiência do atual sistema de justiça brasileiro. Com isso, fica evidente a corrente teórica ecossocial, que é constituída por discursos que valorizam os ecossistemas, como, neste caso, os povos originários que habitam estas regiões e suas relações com o ambiente.

Os discursos da quarta notícia, que traz a problemática dos focos de incêndio na Amazônia pelo viés da retirada das forças armadas da região, têm o predomínio do viés ecotecnocrático. Observa-se que a narrativa traz dados e informações que relacionam o aumento das queimadas ao fim das operações de combate aos incêndios pelo exército. Há nos discursos do repórter uma exaltação ao trabalho realizado por esse setor. Além disso, apesar da crítica ao governo pela condução do problema, não são propostas alternativas inovadoras em prol do meio ambiente. Como solução, a diretora de ciência do Ipam propõe ações coordenadas do governo federal com o Ibama, polícia federal e secretarias estaduais de meio ambiente e infraestrutura (Semas), as quais já fazem parte (ou deveriam) do atual sistema político brasileiro.

Quando Ane Alencar incentiva que os governos estaduais e o federal coloquem em prática seu poder de comando e controle, ela acaba reproduzindo, mesmo que de modo inconsciente, uma postura de dominação de instituições e governantes sobre o meio ambiente e não uma relação harmoniosa com os ecossistemas. Por fim, a presença de Ricardo Salles e do seu discurso sobre desenvolvimento econômico e sustentável como solução, denota uma postura ecotecnocrática, uma vez que a visão de “desenvolvimento econômico” defendida pelo então ministro do meio ambiente e pelo governo colocam a economia em primeiro plano e o meio ambiente como apenas um provedor de recursos.

Na quinta notícia, que foi enquadrada sob o aspecto do aumento das queimadas e da falta de fiscalização do governo federal, também é possível perceber a perspectiva ecotecnocrática. Nessa matéria, apesar da explanação do problema ambiental, não são apresentadas soluções que visem o bem-estar das comunidades tradicionais e do ecossistema como um todo. No lugar disso, são reproduzidas estratégias meramente políticas, como de controle e segurança. Além disso, a primeira fala de Ricardo Salles (“todo ano queima”), denota uma tentativa do governo

em não assumir a culpa pelo aumento dos focos de incêndio na Amazônia.

É possível perceber uma postura ecotecnocrática na sexta notícia a partir da própria escolha das fontes. Na matéria, foram ouvidos Hamilton Mourão (vice-presidente), Everton Vargas (embaixador) e Edson Fachin (ministro do STF) que, por meio de seus discursos, trataram a problemática dos incêndios na Amazônia pelo viés político e econômico, desconsiderando os problemas para o meio ambiente. Hamilton Mourão, por exemplo, em sua primeira fala, ao ser questionado pelo repórter sobre o levantamento feito pelo Greenpeace sobre áreas que foram convertidas em pasto devido às queimadas, alega desconhecer o documento e de forma irônica diz que o caso ocorreu há um ano e que se voltasse a acontecer, o jornalista poderia cobrá-lo. Em outra fala, Mourão trata a problemática ambiental pelo viés econômico ao afirmar que o Ministério da Agricultura já está trabalhando em questões ligadas ao agronegócio para que o setor não seja impactado.

Everton Vargas, em seu discurso, relaciona sustentabilidade com investimento, mercado e tecnologia, o que denota uma postura de exploração do meio ambiente. Já Edson Fachin trata a preservação da Amazônia como uma questão meramente legislativa, não aprofundando a real importância da preservação.

Ainda com relação à sexta notícia, também estão presentes os discursos de Rômulo Batista, integrante da Greenpeace Brasil e de Paulo Barreto, diretor do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon). No entanto, apesar de Rômulo representar uma instituição que visa à preservação ambiental, seu discurso ficou focado nas questões legais de punir quem comete crimes ambientais, muito mais do que aspectos relacionados ao meio ambiente. Já Paulo correlaciona os problemas na Amazônia com os investimentos e investidores do setor privado, priorizando novamente questões meramente econômicas. Com isso, evidencia-se a corrente teórica ecotecnocrática.

A sétima notícia, que tem como enfoque a perda de investimentos estrangeiros no Brasil devido à problemática ocorrida na Amazônia, é a que apresenta uma maior postura ecotecnocrática. A corrente teórica pode ser percebida pelo uso de palavras e expressões do setor econômico. Entre elas estão as seguintes: capital; dinheiro; economia; emprego; exportadores brasileiros; fábricas; fundo de investimento; iniciativa privada; investidores estrangeiros; multinacionais; taxas. Além disso, há outras que estão ligadas a outros setores que são financiados pela economia, como “obras de grande porte” e “setor de saneamento”.

O repertório de fontes trazidas na matéria também demarca uma postura prioritariamente econômica. Armando Castelar, pesquisador da FGV, e Carlos Rittl, pesquisador do Instituto de Estudos em Sustentabilidade, enfatizam as consequências

econômicas das queimadas, como o impacto nos investimentos estrangeiros. Já Gabriela Dorlhiac, diretora executiva da ICC Brasil, destaca a necessidade de crescimento econômico para o país. Desse modo, fica evidente que o meio ambiente está sendo valorizado pelo seu valor econômico. Há somente uma fala do repórter (em off) em que são mencionados os números de focos de incêndio, mas a partir de um discurso meramente numérico e informativo, sem haver o desdobramento das reais dimensões dos impactos para os ecossistemas.

Outro fato que chama atenção na sétima matéria é a comparação que o repórter faz (em off) com relação à preocupação dos ambientalistas e economistas sobre a situação da Amazônia. Na fala do jornalista, “não são apenas ambientalistas que perdem o sono por causa do desmatamento. Economistas também”. Com isso, há uma tentativa de colocar no mesmo grau de importância as lutas ambientalistas com questões meramente econômicas.

Por fim, a última notícia do corpus empírico, com enfoque na mensagem transmitida pelo governo federal a partir da divulgação de um vídeo que nega incêndios na Amazônia, tem um viés ecotecnocrático, porque não traz aspectos relativos à proteção ambiental e dos ecossistemas, mas se aproxima um pouco de uma visão ecossocial ao defender posições adotadas por ambientalistas. Além disso, quando a notícia transmite trechos do vídeo compartilhado pelo governo federal e o repórter, em off, contextualiza o caso e traz a opinião de Luís Paulo Ferraz (secretário executivo da Associação Mico-Leão-Dourado) sobre os equívocos presentes no material audiovisual (como a presença do mico-leão dourado que não é originário da Amazônia e as desinformações sobre o fim dos focos de incêndio na floresta) fica evidente um posicionamento contrário ao material divulgado. Apesar disso, o predomínio é do viés ecotecnocrático.

A construção da notícia também buscou enfatizar o erro cometido ao trazer primeiro o questionamento do repórter ao vice-presidente Hamilton Mourão, que justificou a presença do mico-leão-dourado no vídeo como uma tentativa de integração da Amazônia com a mata atlântica, e depois o discurso de Maurício Fraga Filho, presidente da Acripará, que esteve envolvido no projeto audiovisual, em que confessa o equívoco da equipe de produção, o que desmente a versão apresentada por Mourão.

Outro ponto que chama atenção é que em uma determinada passagem, o repórter desconstrói o discurso de integrantes do governo que afirmaram que as queimadas são culturais, provocadas por populações locais. O jornalista apresenta um levantamento do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia que prova que a maior parte das queimadas é oriunda de médias e grandes propriedades.

Após a análise isolada das oito matérias, evidenciou-se que em sete das oito

matérias houve predomínio de um viés ecotecnocrático, o que revela que o Jornal Nacional tem uma linha editorial que defende essa perspectiva que considera a economia como prioritária, em detrimento de outros elementos, como o meio ambiente. Também se observou o predomínio de fontes oficiais e ligadas a setores econômicos ou políticos, havendo escassez de escuta de povos originários e integrantes de comunidades que fujam da lógica padrão capitalista e liberal.

Apesar do enquadramento focado, sobretudo, no viés econômico, há que considerar que o tema foi trazido com uma boa frequência no telejornal (17 matérias em um ano). No entanto, a abordagem foi repetitiva e deixou de concentrar o olhar para quem realmente mais sofreu com os impactos das queimadas e dos incêndios, como comunidades originárias que vivem na Amazônia ou integrantes de movimentos ligados à disputa de terras.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da aplicação da análise de conteúdo categorial temática (BARDIN, 2009) junto com o uso de conceitos como critérios de noticiabilidade, com ênfase nos valores-notícia propostos por Traquina (2005, 2008), e enquadramento noticioso, com base em Koenig (2004) e Porto (2004), foi possível descobrir elementos da linha editorial do Jornal Nacional que estavam presentes em oito matérias sobre os incêndios e queimadas na Amazônia, exibidas entre agosto de 2019 e setembro de 2020.

No corpus empírico, somente uma matéria (a terceira da lista) apresentou como predominante a categoria ecossocial, que propõe o resgate de valores como solidariedade, sustentabilidade e bem-estar ao tratar da relação dos seres vivos com o meio ambiente. Nas demais, percebeu-se a ênfase da corrente teórica ecotecnocrática, a qual atribui maior valor ao capital e a economia como um todo, considerando o meio ambiente como algo secundário e que serve, em primeira instância, para oferecer recursos e lucros, sem haver respeito com os ecossistemas.

Considera-se como negativos, sob o ponto de vista do jornalismo ambiental, adotando as perspectivas teóricas de Belmonte (2004, 2017) e Bueno (2007), os enquadramentos presentes na maioria das notícias do Jornal Nacional sobre os incêndios e queimadas na Amazônia, no período analisado. O fenômeno ambiental foi tratado majoritariamente pelo viés das consequências para a economia e foram ouvidas, sobretudo, fontes oficiais e especialistas que estavam ligadas à corrente ecotecnocrática. A abordagem poderia ter enfatizado os danos para o meio ambiente como um todo e as consequências para as comunidades tradicionais e pessoas ligadas a movimentos de disputa por terras que habitam a região ou localidades próximas, assim como foi realizada na terceira matéria do corpus, que enfatizou a realidade dos povos originários e potencializou suas vozes.

Pelo fato do Jornal Nacional ser o telejornal mais assistido no país e considerando o jornalismo como um campo social que influencia os demais e é influenciado pelos outros, a partir da perspectiva de Bordieu (1987), os conteúdos gerados acabam repercutindo e fazendo parte da vida de milhares de brasileiros. Com isso, o JN tem uma grande responsabilidade ao noticiar determinado fato. Quando por uma decisão editorial é escolhido um determinado enquadramento que apenas perpetua o pensamento da classe dominante e não traz novos pontos de vistas e abordagens, isso está indo na contramão de um dos papéis básicos do jornalismo, o de potencializador da cidadania.

Há que ressaltar que apesar dos enquadramentos adotados, um ponto positivo foi a presença de pautas ambientais no maior telejornal do país. Entre agosto de 2019

e setembro de 2020 foram localizadas na plataforma Globoplay 17 matérias sobre o assunto. Isso faz com que de certa forma, mesmo sob um enquadramento não tão adequado ambientalmente, a temática entre para o debate público e as pessoas consigam refletir. Ainda na mídia tradicional quando uma pauta ambiental é noticiada, geralmente é pelo seu caráter como desastre ambiental ou na iminência de um desastre. É também necessário desconstruir essa visão e noticiar, por exemplo, com maior frequência, os tesouros naturais dos biomas, histórias e perfis de comunidades originárias que vivem nesses locais, pois só assim será possível contar realmente novas histórias, sob novos pontos de vistas e vozes.

Espera-se que essa monografia impulse a curiosidade de pesquisadores para a aplicação da análise de conteúdo nas outras nove matérias que foram desconsideradas no presente trabalho ou que as oito que constituiram o corpus empírico sejam estudadas sob outros pontos de vistas e com o acionamento de outros conceitos. Mesmo que, segundo Bardin (2009), diferentes pessoas que olhem para uma mesma problemática, se aplicarem a análise de conteúdo, chegarão a praticamente os mesmos resultados, sempre há o que acrescentar e aprimorar na pesquisa, uma vez que os estudos acadêmicos evoluem e a soma de olhares engrandece o processo.

Também fica como sugestão a aplicação da análise de conteúdo aos incêndios e queimadas ocorridos em outros biomas. Que se, assim for feito, esta monografia inspire os olhares curiosos dos pesquisadores que quiserem se aventurar em temas tão necessários de serem abordados no ambiente acadêmico e fora dele. Por meio da pesquisa desses assuntos, também pode-se, mesmo que de forma bem gradual, aproximar a teoria da prática e fazer com que os valores do jornalismo tão admirados no papel possam ser aplicados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

2017. Pulitzer Prizes Journalism. **The Pulitzer Prizes**, 2017. Disponível em <<https://www.pulitzer.org/prize-winners-by-year/2017>> Acesso em: 18 de abril de 2022

A estimativa da taxa de desmatamento por corte raso para a Amazônia Legal em 2019 é de 9.762 km². Inpe. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, 2019. Disponível em <http://www.inpe.br/noticias/noticia.php?Cod_Noticia=5294> Acesso em: 10 de março de 2022

ANDERSON, C.W; BELL, E.; SHIRKY, C. **Jornalismo pós-industrial**: adaptação aos novos tempos. In: Revista de Jornalismo ESPM ano 2, n^o 5, abril/junho de 2013.

ANTUNES, Elton. **Videntes imprevidentes:** temporalidade e modos de construção do sentido de atualidade em jornais impressos diários. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Culturas Contemporâneas. UFBA. Salvador, 2007.

APENAS 5% dos responsáveis pelo Dia do Fogo na Amazônia foram punidos. Globoplay. Disponível em < globoplay.globo.com/v/8766527/> Acesso em 20 de março de 2022

AUDIÊNCIA diária do horário nobre. Kantar Ibope Media, 2019. Disponível em: <<https://www.kantaribopemedia.com/conteudo/dados-rankings/audiencia-diaria-do-horario-nobre/>> Acesso em: 20 de fevereiro de 2022

AVANÇO das queimadas afasta investidores estrangeiros, alertam especialistas. Globoplay. Disponível em < globoplay.globo.com/v/8834793/> Acesso em 23 de abril de 2022

BACCHETTA, V. **El periodismo ambiental.** In: V. L., BACCHETTA (org), Ciudadanía Planetaria: temas y desafíos del periodismo ambiental. Uruguai, Federación Internacional de Periodistas Ambientales/ Fundación Fridrich Ebert. 2000

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo.** São Paulo. Persona. 2009

BARTHES, Roland. **Roland Barthes por Roland Barthes.** Trad. Leyla Perrone Moisés, São Paulo: Cultrix, 1977-78

BATESON, Gregory. (2002), “Uma teoria sobre brincadeira e fantasia”. In: RIBEIRO, Branca Telles & GARCEZ, Pedro M. (orgs.). **Sociolinguística interacional.** 2^a ed. São Paulo, Loyola, pp. 257-264.

BAUER, Martin W.; GASKELL; George. **Pesquisa qualitativa com texto, som e imagem:** um manual prático. Rio de Janeiro, Petrópolis: Editora Vozes, 2^a edição. 2003

BELMONTE, Roberto Villar. Menos catástrofes e mais ecojornalismo. In: BOAS, Sérgio Vilas. **Formação & informação ambiental:** jornalismo para iniciados e leigos. São Paulo: Summus, 2004.

BELMONTE, Roberto Villar. **Uma breve história do jornalismo ambiental brasileiro** – revista brasileira de história da mídia. Revista Brasileira de História da Mídia, v.6, n.º 2. Junho/dezembro 2017.

BENETTI, Márcia. Análise do Discurso em jornalismo: estudos de vozes e sentidos . In: **Metodologia de Pesquisa em Jornalismo**. LAGO, Claudia; BENETTI, Márcia (orgs.). Petrópolis: Vozes, 2010

BENETTI, Márcia. O jornalismo como acontecimento In: BENETTI, Márcia; FONSECA, Virgínia (Orgs.). **Jornalismo e acontecimento**: mapeamentos críticos. Florianópolis: Insular, 2010

BERGER, C.; TAVARES, F. Tipologias do acontecimento jornalístico. In: **Encontro nacional de pesquisadores em jornalismo**, 7., 2009, São Paulo. Disponível em: <http://sbpjour.kamotini.kinghost.net/sbpjour/admjor/arquivos/christa_berger.pdf> Acessoem: 4 de abril de 2022.

BONES, Elmar; HASSE, Geraldo. **Os Pioneiros da Ecologia**. Porto Alegre: Já Editores, 2002.

BORDIEU, Pierre. **Sobre a televisão seguido de A influência do jornalismo e Os Jogos Olímpicos**. Rio de Janeiro: Jorge Zagar Editor, 1987.

BUENO, Wilson da Costa. **Comunicação, jornalismo e meio ambiente: teoria e pesquisa**. São Paulo: Majoara, 2007.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova Extensão Rural. Em: Etges, Virgínia Elisabeta (org.). **Desenvolvimento rural: potencialidades em questão**. Santa Cruz do Sul: EDUSC, 2001

CASHMORE, Ellis. P. **E a televisão se fez!**. São Paulo: Summus, 1998.

CERTEAU, Michel de. **L'écriture de l'Histoire**. Paris: Gallimard, 1975.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das Mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.

CORNU, Daniel. **Jornalismo e verdade**: para uma ética da informação. Tradução de Armando Pereira da Silva. Lisboa: Instituto Piaget, 1999.

COSTA, C. **Um modelo de negócios para o jornalismo digital**. Revista de Jornalismo ESPM, ano 3, n^o 9 , abril/junho de 2014.

COTTA, P. **Jornalismo: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Rubio, 2005.

DAYAN, D.; KATZ, E. **Media events: the live broadcasting of history**. Cambridge: Harvard University Press, 1992

DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Editora Atlas, 2005.

ENTMAN, Robert. M. **Framing: towards clarification of a fractured paradigm**. *Journal Communication*, v. 43, n.4, 1993.

FOCOS de queimadas na Amazônia aumentam em 2019, informa Inpe. Globoplay. Disponível em < globoplay.globo.com/v/8222584/> Acesso em 16 de abril de 2022

FONSECA JÚNIOR, Wilson Côrrea da. In: **Métodos e técnica da pesquisa em comunicação**. DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (orgs.). 2. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2006.

FOUCAULT, Michel. O Sujeito e o Poder. In: RABINOV, Paul; DREYFUS, Hubert. Michel Foucault: **uma trajetória filosófica** - para além do estruturalismo e da hermenêutica. Trad. Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p.229-249.

FRANCISCATO, C. E. "Limites teóricos e metodológicos nos estudos sobre a noticiabilidade". In: SILVA, Gislene et al. (orgs.). **Critérios de noticiabilidade: problemas conceituais e aplicações**. Florianópolis: Insular, 2014.

FRANÇA, VERA. **O acontecimento e a mídia**. Galaxia (São Paulo, Online), n^o 24, dez. 2012

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Editora Atlas, 4^a edição, 2002.

GIL, David; ADAMS, Bridget. **ABC of communication studies**. Nelson Thornes, 1998

GIRARDI, Ilza Marinha Tourinho; LOOSE, Eloisa Beling; BELMONTE, Roberto Villar. **Interfaces entre o debate colonial e os estudos de jornalismo ambiental.** Desenvolvimento e Meio Ambiente (Dema). vol.58. jul./dez.2021.

GIRARDI, Ilza Marinha Tourinho; MORAES, Cláudia Herte de.; LOOSE, Eloisa Beling; BELMONTE, Roberto Villar. **Jornalismo ambiental: teoria e prática.** Editoria Metamorfose, 2012

GITLIN, Todd. **The Whole World Is Watching: Mass Media in the Making and Unmaking of the New Left.** California: University of California Press, 2003.

GOFFMANN, Erving. **Frame Analysis: An Essay of The Organization of Experience.** Boston: Northeastern University Press, 1986

GREGOLIN, Rosário; J.J. Courtine e as metamorfoses da Análise do Discurso: novos objetos, novos olhares. In: SARGENTINI, Vanice (Org.). **Análise do Discurso: heranças, métodos e objetos.** São Carlos: Claraluz, 2008, p. 21-37.

GUERRA, Josenildo. **Uma discussão sobre o conceito de valor-notícia.** CD do II Encontro Anual da SBP Jor. Salvador: 2004

HACKETT, Robert. "Declínio de um paradigma? A parcialidade e a objetividade nos media noticiosos", in TRAQUINA, Nelson (org.) **Jornalismo: questões, teorias e estórias**". Lisboa, Vega, 1993

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história.** São Paulo: Paz e Terra, 1970.

INCÊNDIO na Amazônia maranhense se aproxima de área onde vivem índios isolados. Disponível em < globoplay.globo.com/v/8070032/> Acesso em 13 de março de 2022

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia.** Bauru, São Paulo: Edusc, 2001

KOENIG, T. **On frame and framing: anti-semitism as free speech: a case study.**In: Encontro anual do IAMCR, jul. 2004, Porto Alegre, RS.

KUNCZICK, Michael. **Conceitos de jornalismo;** norte e sul. São Paulo: Edusp, 2001.

LAGE, N. **Estrutura da notícia.** São Paulo: Editora Ática, 2002

LASSWELL, H. A estrutura e a função da comunicação na sociedade. In: COHN, G. (Org.) **Comunicação e indústria cultural**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1987

LAZARUSFELD, P. F.; BERELSON, B.; GAUDET, H. **The People's Choice**. 3^a ed. Nova York: Columbia University Press, 1967 [1948; 1944].

LOOSE, Eloisa Beling. **Jornalismo ambiental em revista**: das estratégias aos sentidos. Porto Alegre: março, 2010.

LOPES, Dirceu Fernandes; PROENÇA, José Luiz (Org.). **Jornalismo investigativo**. São Paulo: Publisher Brasil, 2003

LOPES, Maria Immacolata V. de. **O campo da comunicação**: sua constituição, desafios e dilema. Porto Alegre: Revista Famecos, n^o 30, agosto/ 2006.

MASLOW, Abraham, H.. **Motivation and personality**. New York: Harper & Brothers, 1954

MELO, J. **História do jornalismo**: itinerário crítico, mosaico cultural. São Paulo: Editora Paulus, 2012

MEMORIA, GLOBO. **Jornal Nacional**: a notícia faz história. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004

MENDONÇA, R.; SIMÕES, P. G. **Enquadramento**: diferentes operacionalizações analíticas de um conceito. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 27, p. 187-201, 2012.

MORAES, C. H. **Jornalismo ambiental**: dilemas de uma quase especialidade. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO – SBPJOR, 6., 2008, São Bernardo do Campo. Anais... São Bernardo do Campo, 2008

MORAL, Javier Fernández del; RAMÍREZ, Francisco Esteve. **Fundamentos de la información periodística especializada**. Madrid: Editora Síntesis, 1993

MORIN, Edgar; KERN, Anne Brigitte. **Terra-Pátria**. Porto Alegre: Sulina, 2003

OLIVEIRA, Fabíola de. **Jornalismo científico**. São Paulo: Contexto, 2002

PÊCHEUX, Michel. Análise Automática do Discurso. Trad. Eni P. Orlandi. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso**. uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Unicamp, 1993. 319 p. p. 61-162

PIERRE, Monika Djerf; **Green news**: environmental reporting in Swedishtelevison News 1961-1994. Gotemburgo: Göteborg University, 1996

PONTES, Felipe Simão; SILVA, Gislene. Acontecimento jornalístico e história. In: BENETTI, Marcia; FONSECA, Virginia Padrelina da Silveira. (Org.). **Jornalismo e acontecimento**: mapeamentos críticos. Florianópolis: Editora Insular, 2010.

PORTO, Mauro. Enquadramentos da mídia e política. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas. (Org.). **Comunicação e política**: conceitos e abordagens. São Paulo: Editora UNESP, 2004

PRODANOV, Cleber Cristiano; DE FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico**. Universidade Feevale: 2ª edição, 2008

QUEIMADAS e desmatamento na Amazônia aumentam após saída do Exército. Globoplay. Disponível em < globoplay.globo.com/v/8128796/> Acesso em 14 de abril de 2022

QUEIMADAS na Amazônia em agosto foram as maiores para o mês em nove anos. Globoplay. Disponível em < globoplay.globo.com/v/7891802/> Acesso em 10 de março de 2022

QUEIMADAS são risco para a Amazônia e para o comércio internacional. Globoplay. Disponível em < globoplay.globo.com/v/7869666/> Acesso em 11 de março de 2022

QUÉRÉ, Louis. **Entre facto e sentido**: a dualidade do acontecimento. Trajectos: da comunicação, cultura e educação, Lisboa, n. 6, p.59-74, 2005.

REZENDE, Guilherme Jorge de. **Telejornalismo no Brasil**: um perfil editorial. São Paulo: Summus, 2000

RIBEIRO, Branca Telles & GARCEZ, Pedro M. (orgs.). **Sociolinguística interacional**. 2ª ed. São Paulo, Loyola, 2002

RICHARDSON, Roberto. **Pesquisa Social**. Métodos e Técnicas. SP: Atlas, 1999

RICOUER, Paul. **Temps et récit I**: L'intrigue et le récit historique. Paris : Seuil, 1983.

RODRIGUES, Adriano. O acontecimento. In: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo: questões, teorias e estórias**. Lisboa: Veja, 1993

SALLES e Mourão negam incêndios confirmados em números e imagens de satélite na Amazônia. Globoplay. Disponível em < globoplay.globo.com/v/8847090/> Acesso em 25 de abril de 2022

SANTAELLA, Lucia. **Comunicação e pesquisa**. São Paulo: Hacker editores. 2ª edição, 2006

SCHUDSON, M. **Discovering the news: a social history of American newspapers**. New York: Basic Books, 1978.

SILVA, Gislene. **Para pensar critérios de noticiabilidade**. Estudos em jornalismo e mídia, v.2, n.1, 2005

SILVA, Gislene; MAIA, Flavia Dourado. **Análise de cobertura jornalística: um protocolo metodológico**. São Paulo: Rumores. Edição 10. Ano 5. Julho-dezembro 2011.

SODRÉ, Muniz. **Por uma teoria do jornalismo**: Muniz Sodré em busca dos elementos que compõem o acontecimento midiático. Petrópolis, Rio de Janeiro:, Editora Vozes, 2009

SORHUET GELÓS, H. **El mediador social deste siglo**. Tópicos en Educación Ambiental, México, Samanarp-Uanm, v.3, n.9, 2003

SOUZA, Jorge Pedro. **Elementos de teoria e pesquisa da comunicação e dos media**. Editora Porto, 2ª ed., 2005.

SOUZA, Jorge Pedro. **Teorias da notícia e do jornalismo**. Chapecó: Argus, 2002.

TELEVISÃO: a abrangência e a influência do meio mais presente na vida dos brasileiros, 2018. Kantar Ibope Media. Disponível em: <https://www.kantaribopemedia.com/televisao-a-abrangencia-e-a-influencia-do-meio-mais-presente-na-vida-dos-brasileiros/> Acesso em: 15 de março de 2022

TRAQUINA, Nelson. As notícias. In: TRAQUINA, Nelson (org). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Veja Ltda, 1993. P.167-176.

TRAQUINA, Nelson. **O estudo do jornalismo no século XX**. São Leopoldo: Unisinos, 2005

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**: a tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Editora Insular, 2^a edição, 2008.

TUCHMAN, G. **La producción de la noticia**: estudio sobre la construcción de la realidad. Barcelona: Gili, 1983.

TUCHMAN, G. **Making news**: a study in the construction of reality. New York: Free Press, 1978.

TUCHMAN, G. **Making news by doing work**: routinizing the unexpected. *American Journal of Sociology* 78(1), 1973

WINKIN, Yves. **A nova comunicação**: da teoria ao trabalho de campo. Campinas, SP, Papyrus. 1998

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação de massa**. São Paulo: Martins Fontes, 2003